Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 17

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
INSS libera 13º a 2,6 mi de segurados em novembro e dezembro; veja quem recebe (inss) 4

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
INSS vai pagar 14º salário em 2026? Tire suas dúvidas sobre os pagamentos a aposentados neste ano 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
Senado decide se inclui FCDF na Constituição 8

O ESTADO DE S. PAULO - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO
Cidades apostam em inovação para reduzir a burocracia ao público 9

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Aulas na USP, consultoria e campanha pela taxação de bilionários: os planos de Haddad fora do governo 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Previsão de receitas sobe para R$ 37,1 bilhões 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Setor privado leva ao Congresso estudo para CBS menor 14

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL MÉDIAS EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Empresa muda para fazer o mesmo em cenários diferentes 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Justiça cancela multa de antidumping por prescrição 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
EUA preparam novo tarifaço contra o Brasil, com foco em aviões e açúcar 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bancos reduzem indicação de ações do Brasil 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Ministro diz que governo tem "cardápio de medidas" para cortar despesas 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo estende subvenção ao diesel por mais 30 dias 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Líder do PT na Câmara defende gatilho para reduzir meta fiscal 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PF investiga esquema de mineração ilegal 30

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Países do Golfo vivem "novo normal" sob as marcas da guerra entre EUA e Irã 31

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Estratégico para indústria, reúso busca consolidação 34

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL MÉDIAS EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Gestão e governança puxam desempenho 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
Moretti nega PEC, mas fala em novos ajustes 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
PIB e inflação vêm fortes e pressionam o Fed 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Relator deixa uma reserva de R$ 17,6 bi para novas despesas 41

O GLOBO - RJ - BRASIL
ECONOMIA
Câmara aprova marco para expandir a educação integral 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Dólar cai pelo 3º dia seguido, a R$ 5,81, e Bolsa sobe 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Intenção de consumo cai 0,9% em outubro, aponta CNC 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Appy defende prorrogação de fase de teste da reforma tributária 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
EUA exportam incerteza com ampliação de tarifas 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Cautela sobre IA prevalece em Wall Street 50

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
O PIB dos EUA cresce 4,3% no 3 tri; inflação se acelera 52

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Lula prepara novas medidas fiscais com foco em despesas obrigatórias 53

INSS libera 13º a 2,6 mi de segurados em novembro e dezembro; veja quem recebe (inss)

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) liberou o 13º a 2,6 milhões de novos aposentados e pensionistas em novembro e dezembro. Os valores começaram a ser depositados na terça-feira (24), nas contas de quem conseguiu o benefício a partir de maio deste ano.

O pagamento vai até 7 de dezembro, conforme o final do número de benefício, sem considerar o dígito verificador. Quem ganha o salário mínimo de R$ 1.621 neste ano recebe primeiro. Depois, é pago o 13º a quem tem renda acima do piso até o teto da **Previdência Social** , de R$ 8.475,55.

O 13º é depositado na conta da aposentadoria ou pensão, junto com o benefício mensal. O valor liberado agora é pago apenas a quem conseguiu a renda previdenciária após maio, porque quem já estava recebendo benefício teve a gratificação natalina antecipada em abril e maio.

A antecipação do 13º do **INSS** para o primeiro semestre do ano é feita desde 2020, quando houve a pandemia de Covid-19. Desde então, tanto o governo de Jair Bolsonaro (PL) quanto o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mantiveram a tradição de pagar o adiantamento.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Lei de julho de 2020, que regulamentou a reforma da Previdência, obriga o pagamento da primeira parcela do 13º no primeiro semestre, na competência de junho. A segunda seria paga aos aposentados em novembro.

Desde 2006, no entanto, os governos do PT fazem o pagamento de forma antecipada, atendendo a pedidos de sindicatos de aposentados, que solicitaram o adiantamento de uma das parcelas para o primeiro semestre. A medida virou lei no governo Bolsonaro.

Para quem recebe o salário mínimo

Para quem recebe acima do salário mínimo

O valor do 13º a quem se aposentou após maio é proporcional, assim como ocorre com o auxílio-doença e o auxílio-acidente, que são temporários. Neste caso, o pagamento é feito conforme o número de meses do benefício até a data de depósito da gratificação natalina.

Benefícios como BPC (Benefício de Prestação Continuada) e RMV (Renda Mensal Vitalícia) não têm direito. Receberá o 13º do **INSS** em novembro quem se aposentou ou passou a ganhar um benefício previdenciário entre os meses de maio e outubro. A parcela será paga de uma única vez.

Haverá o desconto do Imposto de Renda para quem se enquadra nas regras para pagar o tributo. Por lei aprovada pelo governo Lula, quem ganha até R$ 5.000 está isento .

Aposentados e pensionistas a partir de 65 anos pagam menos imposto. Isso porque eles têm direito a uma cota extra de isenção do IR a partir do mês em que fazem aniversário.

Sindicalistas ligados a aposentados defendem a aprovação de um 14º salário para segurados. O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) apresentou em agosto de 2020 o projeto que cria o 14º salário de aposentados, como uma alternativa à crise trazida pela pandemia de Covid-19 após o governo adiantar o 13º naquele ano. A proposta inicial era de parcelas pagas em 2020 e 2021.

Como não foi votada a tempo, a relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO), anexou à proposta original o projeto de lei 5.641, do deputado Aureo Ribeiro (SD-RJ), que propôs o pagamento do 14º até 2023.

Em outubro deste ano, o deputado federal André Janones (Rede-MG) apresentou o projeto de lei 5.592/2026, para criar o 14º. A proposta está no início da tramitação na Câmara dos Deputados, sem previsão de votação ou qualquer pagamento.

Janones ficou conhecido por criar o Exército do Lula no WhatsApp, canal que foi um dos responsáveis por dar a vitória ao petista no segundo turno sobre Flávio Bolsonaro (PL), com diferença de mais de 10 milhões de votos.

A consulta ao benefício está liberada e pode ser feita no aplicativo ou site Meu **INSS** . Tem direito à gratificação natalina quem recebe aposentadoria, pensão e benefícios por incapacidade como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/11/inss-libera-13o-a-26-mi-de-segurados-em-novembro-e-dezembro-veja-quem-recebe.shtml

INSS vai pagar 14º salário em 2026? Tire suas dúvidas sobre os pagamentos a aposentados neste ano

Mal começaram os pagamentos de novembro do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e voltaram a circular nas redes sociais vídeos e mensagens sobre uma suposta liberação de um 14º salário para aposentados e pensionistas ainda em 2026.

Mas isso é verdade?

Quem é que não gostaria de um pagamento a mais no ano? Ninguém reclamaria, mas a informação é falsa. Não há previsão de pagamento de 14º salário para aposentados e pensionistas neste ano.

A desinformação ganhou fôlego nas redes após a apresentação em outubro de um novo projeto de lei (PL 5.592/2026) na Câmara dos Deputados, pelos deputado André Janones (Rede-MG) nesse sentido. Ele propõe o pagamento em dobro do abono anual aos aposentados do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). O benefício, segundo a proposta do aliado do presidente Lula, seria criado por meio de alteração na Lei 8.213/1991.

No entanto, esse projeto não está em discussão ainda na Câmara e não há previsão de votação. Portanto não há qualquer possibilidade de essa ideia entrar em vigor neste ano. E a viabilidade da proposta é discutível, dado o grande impacto que representaria nas contas públicas em um momento em que o governo é pressionado para contar gastos e promover um ajuste fiscal.

Pelo texto do projeto de Janones, o abono anual pago aos aposentados (equivalente ao 13º salário que trabalhadores da ativa recebem) passaria a ter uma segunda parcela de igual valor, chamado por Janones de 14º salário.

A proposta abrange todas as modalidades de aposentadoria mantidas pelo RGPS e preserva a forma atual de cálculo, que considera como referência a renda mensal do benefício em dezembro. No entanto, na prática, o texto está apenas no início da análise pelos parlamentares e não tem previsão de votação nem de pagamento neste ano.

De acordo com Thaís Bertuol Xavier, advogada e consultora jurídica do Previdenciarista, plataforma jurídica especializada em Direito Previdenciário, o segurado ansioso para ver essa ideia se tornar realidade precisa entender que há uma distância entre a apresentação de um projeto de lei e a criação efetiva de um benefício.

- Toda vez que um deputado protocola uma proposta sobre o 14º salário, golpistas e canais de desinformação tratam o assunto como dinheiro liberado. Hoje, não há lei aprovada, não existe cadastro e nenhum valor extra foi autorizado pelo governo federal - explica a advogada.

Thaís ressalta que o mais importante neste fim de ano é que o segurado organize suas finanças apenas com base nos valores oficiais e busque informações em fontes seguras.

Para evitar que aposentados e pensionistas caiam em golpes ou façam planos com recursos inexistentes, a especialista esclarece as principais dúvidas que circulam neste fim de ano sobre os pagamentos do **INSS**. Confira abaixo:

Aposentados e pensionistas têm direito ao 14º salário do **INSS** em 2026?

Não existe 14º salário previsto na legislação brasileira. Tanto o antigo projeto criado na época da pandemia, que está parado no Congresso há anos, quanto a nova proposta apresentada recentemente pelo deputado André Janones (Rede-MG) ainda precisam passar por várias votações na Câmara e no Senado, além de receber o aval do presidente da República, antes de virar lei.

Quem passou a receber aposentadoria ou pensão a partir de maio deste ano ainda vai receber o 13º?

O pagamento ocorre em parcela única entre 24 de novembro e 7 de dezembro, seguindo o calendário regular da folha de novembro. Como a antecipação do abono anual ocorreu no primeiro semestre, os segurados que tiveram o benefício concedido depois de maio recebem agora o valor proporcional aos meses em que estiveram vinculados ao **INSS** em

2026. Esse depósito é automático, cai na mesma conta do benefício mensal e também contempla quem recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão a partir de maio.

Todo aposentado receberá uma nova parcela do 13º neste mês?

Quem já recebia aposentadoria ou pensão antes de maio de 2026 já teve o 13º salário pago integralmente entre abril e junho. Para esse grupo, o depósito feito entre o fim de novembro e o início de dezembro corresponderá apenas ao valor mensal habitual do benefício, sem nenhum acréscimo de fim de ano.

Quem recebe BPC/Loas tem direito ao 13º salário?

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), garante um salário mínimo mensal a idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência de baixa renda, mas é um benefício assistencial, e não uma aposentadoria.

Como não exige contribuição prévia ao **INSS**, ele não dá direito nem mesmo ao abano que funciona como um 13º salário e não deixa pensão por morte aos dependentes.

Antes de contar com qualquer dinheiro extra, o segurado deve sempre conferir o extrato de pagamento no aplicativo ou site Meu **INSS**, ou ligar na central 135, canais gratuitos, seguros e que mostram exatamente o que está previsto para cair na conta, finaliza a advogada.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/26/inss-vai-pagar-14o-salario-em-2026-tire-suas-duvidas-sobre-os-pagamentos-a-aposentados-neste-ano.ghtml

Senado decide se inclui FCDF na Constituição

» LUÍZA ALTOÉ

OSenado deve analisar na próxima terça-feira a proposta que inclui na Constituição o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Os parlamentares aprovaram a matéria ontem pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, avalizaram em plenário um calendário especial, possibilitando uma tramitação mais célere da matéria. A proposta de emenda à Constituição (PEC) explicita na Carta Magna que cabe à União financiar o Distrito Federal na organização e na manutenção das polícias Civil, Penal e Militar e do Corpo de Bombeiros militar, bem como na prestação de assistência financeira para a execução de serviços públicos, por meio do FCDF.

A PEC, de autoria do senador Izalci Lucas (PL-DF), inicialmente também constitucionalizava que os recursos transferidos ao FCDF seriam corrigidos anualmente pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. O trecho, no entanto, foi retirado pelo relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Ele argumentou que a proposta apresentava imprecisão e omissão quanto à definição de um valor de partida para a correção dos valores do fundo. "A falta desse valor de partida certamente levará a interpretações dúbias quanto à aplicação de futuro dispositivo constitucional, podendo, inclusive, suscitar conflitos com a lei já existente", avaliou o relator.

A correção dos recursos destinados ao Fundo já são previstos na Lei 10.633/2002. No entanto, sucessivas tentativas de mudar esse cálculo impulsionaram o senador a apresentar a proposta. Portanto, ao constitucionalizar, é garantido maior segurança ao FCDF, tendo em vista que as alterações ficariam mais difíceis. Para ser aprovada, uma PEC precisa de, no mínimo, 49 votos favoráveis em dois turnos.

Em agosto, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei que, entre outros pontos, alterava o cálculo do Fundo. Posteriormente, a mudança - que poderia reduzir em R$1,8 bilhão os recursos destinados ao DF em 2027 - foi revertida pelos senadores, em novembro, por meio do projeto de lei complementar (PLP) de ajuste fiscal das contas públicas.

Izalci enfatizou que a matéria traz autonomia para o governo do DF para realizar concursos e conceder reajustes às forças de segurança. "Hoje (ontem), demos um grande passo para garantir a verdadeira independência do Distrito Federal. Com essa mudança, a governadora e os próximos governadores não precisarão mais solicitar autorização do governo federal e do Congresso Nacional para realizar concursos ou conceder reajustes às forças de segurança", explicou.

Durante a votação na CCJ, o senador Omar Aziz (PSD-AM) também defendeu a apreciação da matéria.

"O custeio de um estado e do Distrito Federal é muito alto. A remuneração e a valorização dos **servidores públicos** é pequena; é uma luta constante desses servidores.

A gente espera, dessa forma, dar tranquilidade para quem estiver no GDF", disse.

Foi construído um acordo com o governo para que a matéria seguisse para votação na Casa na próxima semana. Em plenário, Izalci relembrou os termos ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União- -AP), que se comprometeu a pautar a PEC na terça-feira.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/26/all.pdf

Cidades apostam em inovação para reduzir a burocracia ao público

EDUARDO GERAQUE

Segurança de dados continua sendo um desafio, mas gestores acreditam que IA pode substituir o 'trabalho desumano'

Victor Vieira (Estadão), Francisco Forbes (Prodam), Guilherme Del'Arco (SP Urbanismo), Rafael Soares (AWS) e Daniel Mamoré (Google)

Uma casa construída nos anos 1940, com registros imprecisos na prefeitura, pode transformar qualquer negociação do imóvel em um processo praticamente insolúvel. A análise demorada de 27 mil licitações por ano. Um prédio repleto de arquivos em papel.

Esses são alguns dos problemas que podem começar a ficar para trás com o avanço da tecnologia e o uso de ferramentas de inteligência artificial. O tema esteve no centro de um dos debates do Cidade CSC.

"Já temos tecnologia suficiente para não precisar de um prédio inteiro com arquivos em papel. O problema, nesse caso, é a regulamentação dos prazos de guarda de documentos, que não avança. A digitalização indexada e a IA já poderiam equacionar tudo isso", afirma Francisco Forbes, presidente da Prodam, a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (leia mais abaixo).

O mesmo raciocínio vale para a análise de projetos de reformas residenciais, que ainda consome muitas horas de trabalho dos funcionários públicos, e para a conferência dos documentos e requisitos de cada licitação que chega à prefeitura. "Na comparação entre um edifício construído nos anos 1940 ou 1950 e sua situação atual, também tivemos avanços, principalmente com ferramentas como o GeoSampa (mapa digital da cidade). Com isso, vamos liberando o corpo técnico para funções realmente importantes", afirma Guilherme Del'Arco, diretor de Desenvolvimento Urbano da SP Urbanismo.

A integração de milhões de artigos científicos para auxiliar médicos no diagnóstico e na escolha de tratamentos também já é uma realidade, segundo Daniel Mamoré, head de projetos estratégicos do Google. Ele cita um trabalho desenvolvido com um hospital oncológico de Guarapuava, no Paraná.

"Nesse projeto, a inteligência artificial integra os dados do prontuário do paciente com a literatura científica para sugerir um tratamento. Não estamos substituindo o médico, mas ajudando esse profissional. Por melhor que seja sua formação, não há como uma pessoa processar ou mesmo se lembrar de milhões de artigos científicos ao mesmo tempo", explica Mamoré.

SEGURANÇA DOS DADOS. Quando se trata de tecnologia e inteligência artificial no setor público, o cidadão precisa estar no centro das decisões, afirma Rafael Soares, responsável pela área de setor público da AWS. "O uso da tecnologia precisa ser voltado à construção de serviços que tenham valor agregado", diz.

O executivo também destaca que a segurança das informações deve acompanhar a expansão dos serviços digitais. Na AWS, segundo ele, esse é um princípio central da operação. A empresa adota o conceito de responsabilidade compartilhada, no qual a provedora de serviços de nuvem protege a infraestrutura, enquanto os clientes mantêm o controle e a responsabilidade sobre seus próprios dados e acessos.

A companhia afirma contar com mais de 143 certificações globais relacionadas à segurança cibernética e à proteção de seus ambientes físicos e digitais. "O dado é do cliente. Ne

nhum funcionário toca nas informações dos clientes. Garantimos a segurança do ambiente da nuvem, onde os dados ficam armazenados e os serviços de inteligência artificial estão disponíveis. Cabe aos clientes manter a segurança dos próprios dados, seguindo as melhores práticas", afirma Soares.

Essa divisão de responsabilidades, segundo o executivo, também se aplica a setores altamente regulados, como os de saúde, educação e finanças, além da administração pública. Informações tributárias e fiscais mantidas pelas prefeituras exigem níveis elevados de confidencialidade.

A preocupação, acrescenta, não deve ficar restrita à infraestrutura tecnológica. Os contratos entre empresas e poder público também precisam prever mecanismos de proteção das informações. O objetivo é garantir que o acesso aos dados permaneça sob

controle de quem tem autorização para utilizálos, preservando a privacidade dos cidadãos.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Aulas na USP, consultoria e campanha pela taxação de bilionários: os planos de Haddad fora do governo

Depois de acertar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que não participará do primeiro escalão do próximo mandato do petista, o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) voltará a dar aulas na Universidade de São Paulo (USP), reativará sua empresa de consultoria e pretende se engajar em uma campanha mundial pela taxação de bilionários.

A decisão de ficar fora do governo foi tomada depois de Lula não indicar na reunião que teve com o ex-chefe de sua equipe econômica na terça-feira no Palácio da Alvorada que ele poderia comandar um ministério de relevância como a Casa Civil. O nome mais cotado para ficar com a pasta que coordena as ações dos demais ministérios é o senador Camilo Santana (PT-CE).

O presidente chegou a oferecer a Haddad uma supersecretaria com status de ministério que cuidaria de investimentos em projetos estratégicos e ficaria responsável pela implantação de datacenters, pela exploração de terras raras e por promover a transição energética. O ex-ministro da Fazenda avaliou, segundo aliados, que não haveria sentido na criação da pasta e que esses temas devem ser da competência da Fazenda e da Casa Civil.

Até o primeiro turno da eleição deste ano, Haddad era considerado no governo e no PT o nome certo para comandar a Casa Civil no quarto mandato de Lula. Porém, o protagonismo conquistado por Camilo no segundo turno da disputa presidencial, quando reforçou a coordenação de campanha, mudou o quadro.

Segundo relatos de pessoas próximas, Haddad vinha sinalizando que gostaria de participar do primeiro escalão do petista se tivesse meios para contribuir com o projeto de país. O ex-ministro não via espaço para isso em outros ministérios que não fosse a Casa Civil.

Ao longo dos três anos em que ficou na Fazenda, Haddad acumulou embates com a Casa Civil, comandado por Rui Costa, e também sofreu críticas do PT, que chegou a dizer em nota que o país precisava "se libertar do austericídio fiscal".

Sem a Casa Civil, uma das opções de Haddad para ter um posto de relevância seria voltar para a Fazenda, mas o entendimento era que o ex-ministro não está disposto a enfrentar novamente as briga internas no governo e no partido.

O ex-chefe da equipe econômica havia atendido, a contragosto, a um apelo do presidente de disputar o governo de São Paulo em uma disputa vista como perdida diante da popularidade do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O posto de maior importância no ministério seria uma recompensa a esse "sacrifício".

A campanha em São Paulo trouxe novos confrontos com o PT. O partido reduziu o repasse de recursos ao candidato de R$ 26 milhões para R$ 18 milhões. Lideranças da sigla, por outro lado, dizem que o ex-ministro não se esforçou na campanha diante de uma derrota considerada certa.

Aliados de Haddad rebatem e dizem que ele fez atividades desde o período de pré-campanha, ao contrário de postulantes do partido em outros estados, e também destacam que, no segundo turno, após ser derrotado, se empenhou na reeleição de Lula, que resultou em um aumento de 2,6 milhões de votos do presidente no estado.

Um dirigente petista de São Paulo afirma que o diretório estadual gostaria de ver Haddad num posto de destaque, diante da avaliação que a atuação dele foi importante para garantir um bom resultado para Lula no estado no segundo turno. Além disso, diz que o ex-ministro é considerado um possível sucessor de Lula em 2030 e, portanto, precisaria ocupar um cargo à altura.

O afastamento de Haddad e Lula começou a se desenhar depois do primeiro turno. O ex-ministro da Fazenda assumiu a coordenação da campanha presidencial em São Paulo, mas não entrou no núcleo central da chapa presidencial, que teve os reforços de Camilo e do governador do Piauí, Rafael Fonteles.

A mudança na influência dos aliados do entorno de

Lula ficou mais evidente no primeiro discurso do presidente após ele ter sido reeleito. Enquanto o chefe do Executivo era cercado por aliados como Camilo, André Janones, Geraldo Alckmin e Fonteles, Haddad aparecia mais afastado, canto do palco.

O ministro também não discursou na festa da vitória de Lula na Avenida Paulista, em São Paulo, e não foi citado pelo presidente, ao contrário de políticos de outros estados como Camilo e Fonteles. Haddad havia avisado aos organizadores que não queria falar porque as pessoas estavam lá para ver Lula.

Aliados de Haddad no governo ainda manifestam a expectativa de que a decisão de não participar do quarto mandato de Lula seja revertida por uma oferta do presidente de um posto de destaque. A aliados, porém, o ex-ministro tem afirmado que não se vê na foto do time que o petista está montando e descarta essa hipótese.

Mesmo seus críticos dentro do governo reconhecem que Haddad foi o responsável pela maior parte de entregas relevantes do governo, como a aprovação da **reforma tributária** depois de 20 anos de discussões e da isenção de imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil.

Site:
https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/11/26/aulas-na-usp-consultoria-e-campanha-pela-taxacao-de-bilionarios-os-planos-de-haddad-fora-do-governo.ghtml

Previsão de receitas sobe para R$ 37,1 bilhões

» LUÍZA ALTOÉ

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório com as estimativas de receitas da União para 2027. O texto reestimou as receitas do próximo ano em R$ 37,1 bilhões, o que resultará em ganho líquido da arrecadação de R$ 17,6 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2027.

Segundo o relatório, a mudança corresponde a um aumento de pouco mais de 1% sobre a estimativa de R$ 3.459,3 bilhões da proposta orçamentária para 2027. A revisão busca acomodar as novas legislações com impacto orçamentário aprovadas pelo Congresso e editadas pelo Executivo desde o envio da PLOA, no fim de agosto.

Além disso, o relator, deputado Neto Carletto (Avante-BA), explicou que levou em consideração a redução de 2,5% para 1,8% na projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2027. As mudanças, conforme o relatório, indicam que a Receita terá uma redução de R$ 12 bilhões do montante administrado pela pasta.

O principal fator de alta na arrecadação foi a previsão de royalties e compensações financeiras, que subiu de R$ 176,3 bilhões para R$ 214,8 bilhões. O relatório inicial enviado pelo governo adotava, por exemplo, o barril do tipo Brent a US$ 71,03, enquanto no novo texto considera US$ 86 em 2027.

Segundo o relatório, as leis sancionadas em 2026 que alteraram as custas do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e criaram novos fundos elevaram a previsão de receitas em R$ 3,3 bilhões.

Deve reduzir a arrecadação em R$ 1,1 bilhão a legislação que ampliou o limite de faturamento para enquadramento do microempreendedor individual (MEI) e concedeu remissão integral dos créditos de titularidade da União.

A lei que fixou alíquotas de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e regras para sociedades resseguradoras deve diminuir a arrecadação prevista em R$ 254,4 milhões. Da mesma forma, a medida provisória (MP) que proibiu as apostas de quota fixa, as chamadas bets, reduziu em R$ 6,7 bilhões a expectativa de receita.

Por outro lado, elevou a previsão de arrecadação em R$ 15,4 bilhões a ampliação de 10% para 20% no corte linear de incentivos fiscais aprovado pelo Congresso no PLP do ajuste fiscal.

As receitas decorrentes dos **impostos** criados pela **reforma tributária** não foram reestimadas no relatório, tendo em vista que a alíquota da CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) ainda não foi fixada, além da edição tardia da MP das alíquotas do Imposto Seletivo, que será cobrado somente a partir de fevereiro de 2027.

Hoje, a comissão analisa o relatório preliminar do PLOA de 2027 do senador Eduardo Braga (MDB- -AM), com regras para despesas e emendas. A expectativa do governo e dos parlamentares envolvidos na articulação do Orçamento de 2027 é votar a matéria até 17 de dezembro, antes do recesso parlamentar

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/26/all.pdf

Setor privado leva ao Congresso estudo para CBS menor

FABIO GRANER fabio.graner@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O setor privado está se valendo de estudos técnicos encomendados por setores e independentes para reforçar a pressão sobre o Congresso pela redução da alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o tributo criado pela **Reforma Tributária** que entrará em vigor em janeiro do próximo ano, substituindo PIS, Cofins e parte do IPI.

O Tribunal de Contas da União (TCU) enviou ao Senado proposta de alíquota de referência da CBS de 11,3% para seu primeiro ano de vigência, número que tem gerado grande preocupação para as empresas, além de reforçar o risco de alta da **inflação** nesse início de ano.

Três estudos apresentados em reunião das frentes parlamentares do empreendedorismo (FPE) e do comércio e serviços (FCS) apontam que a alíquota pode ser reduzida sem afetar a neutralidade arrecadatória, mudando premissas consideradas pelo TCU.

O Senado tem até o dia 15 de dezembro para decidir sobre o tema. Se não votar, vale o número enviado pelo TCU. O relator da matéria, senador Eduardo Braga (MDB-AM), tem sinalizado disposição de reduzir a alíquota, atacando principalmente a premissa de nível de sonegação esperado (chamado de "hiato de conformidade", no jargão tributário).

Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e professor da Escola de Economia da FGV de São Paulo, Marcio Holland fez estudo independente no qual calcula que a alíquota pode cair a um nível entre 8,6% e 10,5%, a depender das premissas. Ao GLOBO, disse que o melhor cenário seria entre 9,6% e 9,8%, ajustando o ano de referência apenas para 2024 (em vez de 2023-24 usado pelo TCU) e trabalhando com redução de 38,1% na sonegação.

Nessa conta, Holland já considera ajustes relativos às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) de retirar o ICMS e oIS S daba sede cálculo do PI Seda Co fins. Ele ajusta aba sede incidência do novotributo para 42,7% do **PIB** e não os 41% usados pelo TCU, o que gera ganhos de estimativa de arrecadação também e permite redução da alíquota.

PERÍODO DE REFERÊNCIA

Apedido da Associação Brasileiradas Companhias de Capital Aberto(A brasca), o ex-diretor da Secretaria de **Reforma Tributária** Daniel Loria estima que a alíquota poderia caira 10,4% sem impacto na arrecadação estimada no projeto de lei orçamentária anual (Ploa) de 2027. Esses ajustes feitos pelo tributarista, que é sócio de escritório de mesmo nome, seriama trocado período base de estimativa de 2023 e 24 para o biênio 2024 e 25, a redução do hiato de conformidade e o menor redutor da alíquota para compras governamentais de 44% para 33%. Com outros ajustes quede mandariam alteraçãolegal, nas contas de Lo ria a alíquota poderia chegara 9,1%.

Estudo contratado pela Associação Brasileira da indústria de Alimentos (ABIA) feito pelo tributarista Eduardo Fleury, do Fleury Advogados, vai na mesma direção. Pelas contas dele, ajustando a referência sem o ICMS na base do PIS/Cofins, a alíquota cairia a cer cade 10,5%. Comam eta de carga tributária indo para a janela de 2024 e 2025, seria de 10,05% e, com ajustes na conformidade estimada para o varejo, chegaria a 9,84%.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Empresa muda para fazer o mesmo em cenários diferentes

Edson Valente Para o Valor, de São Paulo

"Nosso negócio é o mesmo, mas é completamente diferente", afirma Arnaldo Glavam Jr., de 53 anos, CEO e fundador da AG TaxTech, ao fazer uma comparação entre a atuação da empresa quando foi fundada, em 2010 - com o nome de AG Capital -, em Florianópolis, e a de hoje. O aparente paradoxo da frase se justifica pelos avanços tecnológicos que essa consultoria da área tributária incorporou ao longo de sua trajetória.

O trabalho, nos primórdios, começou a partir da análise de documentos em papel que chegavam em caixas. A escalabilidade do negócio na leitura digital de dados foi acelerada com o advento do eSocial, plataforma do governo federal que, em 2018, unificou o envio de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, transformando o modelo da folha de pagamento.

O foco da AG TaxTech é realizar um diagnóstico dos clientes em relação ao cumprimento de suas obrigações tributárias, análise que, segundo Glavam Jr., representa uma grande dificuldade para as companhias. "A **legislação tributária** é extensa e muda com grande frequência, além de estar muitas vezes sujeita a interpretações", argumenta.

Foi justamente a partir de um olhar de cliente que a AG nasceu, "durante um processo de consultoria para uma rede varejista de artigos esportivos", diz o CEO. "Fui atrás de uma empresa especializada em folha de pagamento e não encontrei. Então eu mesmo acabei mergulhando na legislação".

Em 2015, o perfil do empreendimento iniciou a migração para player de tecnologia. "Contratei uma consultoria que me ajudou, por exemplo, a estabelecer novas rotinas de gestão de pessoas, com distribuição de resultados para os funcionários, um plano de cargos e salários e ferramentas de medição de resultados." A expansão envolveu parcerias com escritórios de advocacia e contabilidade de todo o país, que se tornaram fonte de prospecção de novos clientes. Em 2015, a AG TaxTech atendia a sete ou oito clientes por mês; hoje são entre 700 e 800.

O período da pandemia, ressalta Glavam Jr., impulsionou os fechamentos de contrato graças ao perfil tecnológico da empresa. O presencial também se fortaleceu em 2023, quando a geografia de unidades, que contava até então com a sede em Florianópolis e um escritório em São Paulo, ganhou uma filial no Rio de Janeiro. A partir de 2024 vieram Brasília, Salvador, Recife, Curitiba, Porto

Alegre e Belo Horizonte. Hoje são 27 cidades no total.

Outro marco histórico foi a criação, em 2024, de um conselho consultivo, que constatou a importância de a empresa também

"A **legislação tributária** é extensa e muda com grande frequência, além de estar sujeita a interpretações" Arnaldo Glavam Jr.

buscar pessoas mais experientes, vindas de grandes corporações, para compor seu quadro executivo. A diversidade de perfis dos colaboradores é uma das marcas da AG TaxTech. "As mulheres correspondem por 66% da força de trabalho, e o salário médio delas é 2% maior que o dos homens", dimensiona Glavam.

Desde 2021, a AG TaxTech também possui uma área de **tributos** diretos e indiretos. Ela já responde por 15% do faturamento da empresa e é uma grande aposta de crescimento do negócio para os próximos anos, sobretudo com a **reforma tributária**. No setor já trabalham 60 dos atuais 336 funcionários.

Justiça cancela multa de antidumping por prescrição

Marcela Villar

A Justiça Federal do Amazonas cancelou uma multa de antidumping - sobretaxa cobrada na importação de produtos estrangeiros que têm preços menores que os nacionais - imposta a uma empresa produtora de bicicletas na Zona Franca de Manaus. O ineditismo, segundo advogados, foi a aplicação da prescrição intercorrente ao caso que, em tese, não se enquadra nem como questão **aduaneira**, nem tributária. A União recorreu.

O processo administrativo em que se discutiu a penalidade, uma multa de cerca de R$ 400 mil, ficou sem movimentação por mais de três anos.

O antidumping é uma tentativa de proteger a indústria doméstica. No caso, a companhia foi autuada pela **Receita Federal** em abril de 2019 por não ter pago encargos de antidumping ao importar pneus usados na fabricação dos produtos no Brasil. O caso foi encaminhado à Delegacia Regional de Julgamento, mas lá ficou parado por seis anos e quatro meses. Só em setembro de 2025 houve uma decisão, que rejeitou a defesa da empresa.

O contribuinte foi então buscar a anulação da penalidade no Judiciário. Existe um precedente vinculante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto, que foi citado na sentença pela

"No **Carf**, existe resistência de alguns conselheiros em aplicar a tese do STJ" Thais Di Laurentiis

magistrada Marília Gurgel Rocha de Paiva, da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas. Em março do ano passado, a 1ª Seção do STJ entendeu que processos aduaneiros em tramitação na esfera administrativa, que não tenham natureza jurídica tributária, podem ser extintos se não houver decisão em três anos (Tema 1293).

Porter sido dado em recurso repetitivo, o entendimento do STJ deve ser aplicado por todos os tribunais, nas delegacias da **Receita Federal** e no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**). Porém, segundo especialistas, nem todos os conselheiros do **Carf** têm seguido a decisão do STJ, apesar da determinação no regimento interno. Na visão do Fisco, o precedente da Corte Superior não se aplica ao caso de Manaus. Isso porque obrigações relativas a direitos antidumping ou direitos compensatórios não são classificados como multa **aduaneira**.

Ao recorrer da sentença, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) disse que o acórdão do STJ faz uma ressalva "no sentido de que não é toda e qualquer multa **aduaneira**" em que se aplica a prescrição intercorrente, somente as de "natureza preponderantemente administrativa". A única que se enquadra neste tipo, segundo o órgão, é a prevista no artigo 107 do Decreto-Lei nº 37, de 1966, tipo de infração "cujo sujeito passivo é o transportador internacional de cargas ou ao agente de carga, que deixa de prestar informação sobre veículo ou carga transportada ou operações que execute".

A magistrada, porém, entendeu que o precedente da Corte Superior é aplicável e como houve inércia da **Receita Federal** na cobrança, aplica-se a prescrição intercorrente. "O processo contencioso restou inerte por um período contínuo de 6 anos, 4 meses e 15 dias, caracterizando hipótese inquestionável de prescrição intercorrente, nos exatos termos do artigo 10, 10, da Lei no 9.873/1999, que prevê a incidência do instituto quando o procedimento administrativo restar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho", afirmou (processo nº 1006545-96.2026.4.01.3200).

Segundo a tributarista que atuou pela empresa, Thais Di

Laurentiis, sócia do Rivitti Dias Advogados e ex-conselheira do **Carf**, como as autuações tributárias e aduaneiras adotam o mesmo rito processual, o Fisco defende que a prescrição não poderia ser aplicada a nenhum dos dois. A discussão, para multas aduaneiras, se encerrou com a decisão do STJ que entendeu ser aplicável a prescrição para essa matéria.

Para **tributos**, a jurisprudência entende que não se aplica prescrição intercorrente. O direito antidumping, porém, seria uma categoria única, "sui generis". "Que o direito antidumping não é matéria tributária ninguém tem dúvida e diante dessa dualidade do processo administrativo que sempre se trabalhou, ele fica muito mais próximo do aduaneiro. Daí que surge a tese", afirma.

No **Carf**, segundo Thais, existe resistência de alguns conselheiros em aplicar a tese do STJ, muito por conta da interpretação da Súmula nº 11. Ela prevê que "não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal". "Houve uma construção jurisprudencial no **Carf** de emancipar o direito aduaneiro do tributário, só que depois da decisão do STJ parece que teve um passo para trás para querer reaproximar de novo esses dois mundos no sentido de não aplicar a decisão do STJ", diz. "Está sendo uma briga", adiciona a advogada.

A tributarista diz que o recurso repetitivo "era para resolver o problema". "Só que criou outro tipo de contencioso que é a discussão da natureza da multa", acrescenta. Ela lembra que já existe jurisprudência de que não é qualquer ato da administração pública que interrompe a prescrição no intervalo de três anos, a exemplo de despachos sem conteúdo e que não especificam medidas concretas a serem tomadas, ou seja, são entendidos como meramente burocráticos e protelatórios.

O advogado Thiago Marigo, sócio no Freitas, Leite e Avvad Advogados, entende que a sentença aplicou o precedente corretamente. "O STJ definiu que o regime prescricional depende da natureza da obrigação descumprida e não do rito do processo e analisou isso tratando de uma infração **aduaneira**", disse. "O diferencial desse caso é que a cobrança não é uma multa **aduaneira**, é compensação antidumping e isso realmente não está definido pelo STJ no repetitivo", completa.

Segundo Marigo, a prescrição intercorrente não é aplicada para casos tributários devido à base normativa ser diferente - o Código Tributário Nacional e a Lei nº 9.873, de 1999. "São matéria com bases legais diferentes e, por isso, se justifica a diferenciação dos entendimentos em relação a prescrição", completa, citando precedentes dos Tribunais Regionais Federais da 2ª e 5ª Regiões que aplicaram a prescrição para casos similares ao de Manaus.

EUA preparam novo tarifaço contra o Brasil, com foco em aviões e açúcar

Os EUA propuseram nova rodada de tarifas a produtos importados de dezenas de países, entre eles Brasil, China, Japão e União Europeia (UE). No caso brasileiro, as medidas atingiriam aviões e açúcar. Segundo o governo americano, os países da lista mantêm capacidade de produção excedente em alguns setores, o que prejudica empresas americanas. Ao lado da China, o Brasil deve ser um dos produtores mais afetados. Em **comunicado** específico sobre o Brasil, o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR) informou que considera elevar tarifas para pressionar o País a voltar às negociações. Washington propõe cobrança fixa de US$ 0,44 por quilo do açúcar bruto e de US$ 0,60 no refinado importado fora das cotas. No caso das aeronaves, a tarifa adicional seria de 10%, o que afetaria a Embraer. O governo brasileiro chamou a decisão de "ação inaceitável". As ações da Embraer caíram 4%. Hoje, seus produtos exportados para os EUA não são tarifados.

Os Estados Unidos propuseram ontem uma nova rodada de tarifas de importação contra dezenas de países, entre eles Brasil, China, Japão e União Europeia (UE). No caso brasileiro, as medidas atingiriam aviões e açúcar. Segundo o governo americano, os países incluídos na lista mantêm capacidade de produção excedente em determinados setores, o que prejudica as empresas dos EUA e contribui para o déficit comercial americano, que supera US$ 1 trilhão por ano.

Ao lado da China, o Brasil deve ser um dos países mais afetados. O País foi alvo de medidas adicionais depois que as negociações comerciais chegaram a um impasse, segundo o governo americano. Washington propõe elevar os **impostos** de importação sobre o açúcar bruto e refinado e aplicar uma tarifa adicional de 10% sobre aeronaves, medida que afetaria a Embraer.

No caso do açúcar, a Casa Branca propôs uma cobrança fixa, de US$ 0,44 a US$ 0,60 por quilo, sobre o produto bruto e refinado importado fora das cotas, em substituição à tarifa de 25%. A cobrança valeria para todos os países, e não apenas para o Brasil. Segundo o governo americano, como o País é o maior produtor e exportador mundial do produto, taxar apenas o açúcar brasileiro abriria espaço para outros fornecedores ampliarem suas vendas aos EUA, enquanto o Brasil redirecionaria suas exportações para esses mercados.

Em **comunicado** específico sobre o Brasil, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) informou que considera elevar as tarifas para pressionar o País a voltar à mesa de negociações. O governo americano criticou a abertura, em abril do ano passado, de um processo com base na Lei de Reciprocidade Econômica para avaliar se o tarifaço imposto em julho permite a adoção de medidas retaliatórias.

"Após mais de um ano de negociações, o Brasil não fez nenhum progresso significativo para abordar as práticas comerciais prejudiciais que minam a competitividade dos agricultores, trabalhadores, inovadores e empresas americanas", disse Jamieson Greer, representante comercial dos EUA. "A modificação proposta hoje proporcionaria maior poder de negociação para obter a eliminação dos atos, políticas e práticas irracionais do Brasil."

O governo brasileiro diz ter recebido o relatório do USTR com "indignação" (mais informações na pág. B2).

OUTROS PAÍSES. Além do Brasil, o governo americano propôs alíquotas elevadas, com possibilidade de aumento, para produtos de parceiros comerciais históricos, como Camboja, Índia, Coreia do Sul,

Taiwan e Vietnã.

A proposta prevê uma tarifa de 20% sobre determinados produtos importados da China, com possibilidade de elevação para 40% caso Pequim não cumpra os termos da trégua comercial firmada com Washington.

A base jurídica das medidas é a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, que permite ao governo americano investigar práticas comerciais de outros países que prejudiquem os interesses dos EUA e adotar retaliações. As tarifas ainda estão em fase de proposta, sem prazo definido para eventual implementação.

Para alguns produtos chineses, a nova alíquota de

20% será somada a outros **impostos** de importação, elevando a tributação total a 45%. Estados Unidos e China firmaram no ano passado uma trégua comercial que deve expirar em 10 de janeiro.

O governo americano ressaltou que as novas tarifas incidirão sobre produtos específicos e não serão somadas às taxas aplicadas separadamente a automóveis, aço, alumínio e outros produtos com base na Seção 232 da Lei de Expansão Comercial de 1962.

Também não serão cumulativas com as tarifas de 10% a 12,5% anunciadas em julho para 60 parceiros comerciais. Segundo a Casa Branca, esses países não aplicaram adequadamente as proibições à importação de produtos fabricados com trabalho forçado.

Além dos já citados, a lista de países que poderão ser atingidos inclui Bangladesh, Indonésia, Malásia, Singapura, Suíça e Tailândia. México e Noruega também são alvo de investigações em andamento e ficaram de fora do anúncio de ontem.

DERROTA ELEITORAL. As novas tarifas representam mais uma mudança controversa na política econômica de Trump. Nas eleições de meio de mandato deste mês, os eleitores puniram os republicanos e deram aos democratas a maioria na Câmara e no Senado.

Com a iniciativa, a Casa Branca corre o risco de provocar uma reação negativa generalizada, irritando o Congresso justamente quando os democratas se preparam para assumir o controle do Legislativo e abalando Wall Street. Ontem, duas Bolsas americanas fecharam em baixa: S P 500 (-0,25%) e Nasdaq (-0,62%). Já o Dow Jones subiu 0,33%. HISTÓRICO. Em março, o governo americano anunciou duas investigações com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, que permite apurar práticas comerciais consideradas desleais no exterior e impor tarifas em resposta às conclusões. A iniciativa também fazia parte dos esforços da Casa Branca para restabelecer as tarifas invalidadas pela Suprema Corte.

Pelas regras da Seção 301, o governo só pode impor essas medidas depois de investigar e encontrar provas de que outros países discriminaram ou prejudicaram setores da indústria americana.

Uma das investigações envolveu dezenas de países que não adotaram medidas contra o trabalho forçado. As tarifas resultantes, que entraram em vigor em julho, foram contestadas na Justiça e aguardam a decisão de um painel de juízes que, recentemente, parecia próximo de se posicionar contra o governo.

A segunda investigação teve como alvo o que a Casa Branca classifica como "excesso de capacidade" produtiva. Na ocasião, Greer afirmou que o objetivo era apurar em que medida dezenas de países haviam estimulado de forma desleal seus setores industriais e produzido bens em excesso, em prejuízo da indústria americana.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Bancos reduzem indicação de ações do Brasil

ALINE BRONZATI ALTAMIRO SILVA JUNIOR

De Wall Street a Londres, passando pela Faria Lima, bancos e gestoras adotaram uma postura mais cautelosa em relação ao Brasil, em meio à falta clareza sobre as contas públicas no quarto mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. O movimento foi liderado pelo banco americano JPMorgan, no dia seguinte à vitória de Lula nas urnas, e depois acompanhado pelo suíço UBS. Na semana passada, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Itaú BBA, BTG Pactual e a britânica TS Lombard também rebaixaram suas recomendações para as ações brasileiras.

A reviravolta na percepção em relação ao Brasil intensificou os resgates de investimentos por clientes de alta renda dos bancos após a reeleição de Lula, de acordo com pessoas ouvidas pelo Estadão/Broadcast. Para grandes nomes do setor financeiro, a principal justificativa é a situação fiscal desafiadora do País, que pressiona o Banco Central (BC) a manter os juros elevados e representa um risco para os lucros das empresas em 2027.

A gestora britânica Ashmore estima que, em um cenário de estresse fiscal, US$ 420 bilhões podem deixar o Brasil, mais que as reservas internacionais do País. Os responsáveis pela estratégia para o Brasil, Gustavo Medeiros e Ben Underhill, vieram a São Paulo logo após o segundo turno e, em uma série de reuniões, encontraram um clima "sombrio" entre investidores, economistas, gestoras e demais participantes do mercado. A visão passada é que Lula 4 deve ser "mais do mesmo" dos outros governos do petista, ou seja, mais gastos e **tributos** e metas fiscais que não estabilizariam a dívida ou nem sequer seriam cumpridas.

Nesse ambiente mais tenso, enquanto Goldman Sachs e JPMorgan passaram a recomendar uma posição neutra, UBS e Morgan Stanley rebaixaram o Brasil para underweight (posição abaixo da média, equivalente à venda). Em nota, um dos bancos americanos diz estar "preocupado" com a saída de capital do sistema financeiro: em novembro, estrangeiros retiraram quase R$ 6 bilhões da Bolsa brasileira, segundo a B3. O UBS aponta incertezas fiscais persistentes e espaço limitado para cortes de juros como fatores que tornam a economia brasileira uma das mais frágeis entre as emergentes.

"A economia brasileira está desacelerando, enquanto os juros elevados continuam a afetar o apetite por risco e os investimentos domésticos", reforça o Morgan Stanley, em relatório.

VULNERABILIDADE. Além dos dilemas domésticos, a perspectiva de novos aumentos nos juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano) torna o Brasil mais vulnerável. "Se o ambiente externo se tornar muito adverso aos mercados emergentes, a complacência dos investidores estrangeiros diminuirá, e o Brasil voltará a ser punido por sua situação fiscal estrutural", disse o economista-chefe do Barclays para o Brasil, Roberto Secemski.

A pergunta que Secemski mais ouviu dos investidores durante um evento do banco britânico em São Paulo, semanas após o segundo turno, foi quando os estrangeiros mudariam de humor em relação ao Brasil. Tradicionalmente, os investidores domésticos costumam ser mais céticos por conhecerem a situação local mais de perto. Já os estrangeiros ainda dão o benefício da dúvida ao Brasil por analisá-lo em um contexto regional e global.

Diante de um cenário externo mais difícil e de um crescimento menor do **PIB** brasileiro em 2027, a consultoria britânica TS Lombard revisou este mês sua alocação mundial de ativos. A gestora reduziu a exposição a mercados emergentes, incluindo ações negociadas na B3 e títulos soberanos brasileiros, e reforçou a posição de caixa. A carteira da consultoria teve desempenho muito inferior ao referencial justamente por causa de perdas no mercado de dívida local brasileira após as eleições. A consultoria pondera que uma exposição maior ao Brasil agora requer cautela.

Já os bancos locais BTG Pactual e Itaú BBA rebaixaram suas recomendações para o Brasil de overweight (acima da média do mercado) para neutro. Na outra ponta, México e Peru são apontados como destaques positivos na América Latina.

Seja em Wall Street, na Faria Lima ou em Londres, a avaliação é que só uma reviravolta fiscal poderia devolver o ânimo aos investidores em relação ao Brasil. "Seria necessário um ajuste fiscal mais estrutural para reverter esse cenário, mas, neste

momento, parece improvável uma consolidação fiscal mais significativa", afirma o BTG Pactual, em relatório.

Com um déficit superior a 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o Brasil precisa de um superávit primário recorrente de cerca de 2% do **PIB**, o que representa uma conta de R$ 350 bilhões em aumento de receitas, corte de gastos ou combinação dos dois, calcula Secemski, do Barclays. "Ninguém tem a ilusão de que isso seria feito em um ou dois anos - provavelmente, nem em quatro", diz.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Ministro diz que governo tem "cardápio de medidas" para cortar despesas

THAÍS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, confirmou ontem que a equipe econômica trabalha com um "cardápio de medidas" para racionalizar despesas do governo, que dependem de aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Indagado se as iniciativas podem envolver alguma mudança nos pisos de saúde e educação, o ministro se esquivou, mas ressaltou que uma das premissas é que preservem direitos sociais.

O ministro não quis, contudo, antecipar quais medidas estão sendo debatidas nesta segunda etapa de ajuste fiscal, após o governo conseguir aprovar um projeto no Congresso nesta semana com impacto estimado de até R$ 56 bilhões em 2027.

- Temos um conjunto de medidas para discutir dentro do debate mais amplo do cenário econômico. Ele sempre diz: "Façam o que for necessário para entregar as contas públicas em ordem, para entregar o superávit primário de 0,1%"- disse Moretti, em entrevista na sede da pasta pela manhã.

O ministro evitou antecipar se o instrumento proposto para fazer as mudanças avaliadas será uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Ele disse ainda que não tem a ver com a economia potencial, mas com a alteração que será feita.

- É um esforço contínuo mostrando que há espaço para racionalizar despesas, para ser mais eficiente com o volume de despesa para que a gente melhore a qualidade do Orçamento público, garanta direitos sociais e mantenha as contas públicas em ordem - afirmou Moretti.

REUNIÃO COM LULA

O novo pacote de medidas foi tema de uma reunião no Palácio da Alvorada de Lula com os ministros do Planejamento, da Fazenda, Dario Durigan, da Casa Civil, Mirian Belchior, da Gestão, Esther Dweck, e com o vicepresidente, Geraldo Alckmin. A sugestão apresentada ao presidente é para que as medidas sejam encaminhadas ao Congresso ainda neste ano. Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), já demonstraram disposição para colocá-las em discussão.

O ministro do Planejamento ainda afirmou que, com a lei complementar sancionada pelo presidente na terça-feira, a equipe econômica tem segurança de que vai alcançar um resultado primário efetivo superavitário de 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2027, colocando as contas no azul.

A meta do ano que vem é de 0,5% do **PIB**, ou R$ 73,2 bilhões, com limite inferior de R$ 36,6 bilhões. Mas, deduzindo as despesas que não contam para a verificação da meta, seria possível cumpri-la com um resultado negativo de R$ 28,1 bilhões.

A lei, oriunda do projeto de pacote fiscal aprovado pelo Congresso na segunda-feira, cria uma série de novas ferramentas de gestão orçamentária, que devem permitir um aumento do esforço fiscal do governo durante a execução do Orçamento.

Um exemplo é permitir que o contingenciamento de despesas seja realizado quando a projeção de resultado primário está entre o piso e o centro da meta. Caso esse mecanismo seja acionado, será feita uma limitação da compensação tributária cruzada da mesma ordem no ano em questão.

SUBVENÇÃO AO DIESEL

Para este ano, a expectativa atual é que o resultado primário efetivo seja deficitário em 0,57% do **PIB**, ou R$ 77 bilhões, mas Moretti disse que há a perspectiva de ficar um pouco melhor que isso, já que, no fim do ano, sempre há uma defasagem entre os gastos autorizados e o que é realmente pago.

O número 2 da Fazenda, Rogério Ceron, que também participou da reunião com Lula, disse, antes do encontro, que a palavra final sobre as medidas em análise será do presidente, mas relatou preocupações sobre as dinâmicas das despesas obrigatórias:

-Há uma série de propostas que serão apresentadas ao presidente, que dará a palavra final. Não vão acontecer cortes de direitos sociais. Há discussões sobre a dinâmica de despesas obrigatórias, mas não tem nada a ver com corte de direitos.

Moretti também anunciou ontem que o governo vai

renovar por mais um mês a subvenção do diesel de R$ 2,12 por litro. A política tem custo de até R$ 10,5 bilhões por mês, mas, segundo o ministro, tem rodado entre R$ 8 bilhões e R$ 10 bilhões. A subvenção do combustível está em vigor desde o início do ano, com diferentes valores, devido ao salto do petróleo no mercado internacional por causa da guerra no Oriente Médio.

- Temos a perspectiva de ir revendo esses valores, na expectativa de que os parâmetros (de preço) cedam. Mas precisamos fazer mais um mês, para garantir o abastecimento do diesel e evitar o choque de preços - disse o ministro.

As políticas de mitigação dos preços de combustíveis já impactaram negativamente as contas públicas em cerca de R$ 75 bilhões este ano, dos quais R$ 65 bilhões referem-se às subvenções, principalmente do diesel, e o restante às desonerações de **impostos**. A esse valor, se somará ainda o gasto de até R$ 10,5 bilhões do subsídio que será renovado - chegando, no limite, a cerca de R$ 85 bilhões.

O governo anunciou na terça-feira uma contenção de gastos de R$ 12,6 bilhões no Orçamento deste ano. Até então, a contenção era de R$ 16,1 bilhões, sendo R$ 2,4 bilhões em bloqueio e R$ 13,6 bilhões em contingenciamento. Apesar da liberação de recursos, a projeção de resultado primário efetivo do governo, sem o desconto de gastos que não contam para a verificação de cumprimento da meta fiscal, piorou, de déficit de R$ 67,2 bilhões para rombo de R$ 76,9 bilhões.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Governo estende subvenção ao diesel por mais 30 dias

Giordanna Neves, Lu Aiko Otta e Hamilton Ferrari De Brasília

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, anunciou nesta quarta-feira (25) que o governo federal vai renovar por mais um mês a subvenção de R$ 2,12 ao diesel. A medida tem custo potencial de R$ 10,5 bilhões mensais, mas, segundo o ministro, os desembolsos têm ficado abaixo desse valor. A última prorrogação foi anunciada em 28 de outubro, com vigência de um mês, e está prestes a expirar.

"O custo era estimado em R$ 10,5 bilhões [por mês], mas a gente tem verificado na execução que esses valores giram um pouco abaixo. Na prática, temos visto algo na faixa entre R$ 8 bilhões e R$ 10,5 bilhões", afirmou.

Segundo Moretti, a previsão de despesas com subvenções aos combustíveis para este ano passou de R$ 32 bilhões no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas anterior para cerca de R$ 64 bilhões a R$ 65 bilhões na avaliação do quinto bimestre.

A revisão contempla todos os gastos decorrentes das subvenções já formalizadas pelo governo, mas ainda não incorpora o custo da nova prorrogação que ainda será publicada.

Somadas as perdas de arrecadação de R$ 10 bilhões decorrentes da desoneração da gasolina e do etanol, o impacto fiscal das medidas adotadas pelo governo para conter a alta dos preços dos combustíveis chega a cerca de R$ 75 bilhões neste ano.

Embora a alta do petróleo provocada pela guerra também tenha elevado as receitas da União, Moretti explicou que há um descasamento temporal entre os gastos com a política de combustíveis e o ingresso dessas receitas.

Esse foi um dos motivos que levou o governo a utilizar a autorização para abater R$ 10,5 bilhões em despesas com subvenções ao diesel do cálculo da meta de resultado primário de 2026, conforme previsto no Projeto de Lei Complementar (PLP) de ajuste fiscal aprovado pelo Congresso.

O ministro explicou que nem todo o ganho de arrecadação gerado pela alta do petróleo neste ano será efetivamente registrado nas contas públicas de 2026, em razão dos prazos de recolhimento das receitas. Parte dos recursos, como dividendos, ingressará nos cofres da União apenas em 2027, enquanto o governo já está arcando com os custos das medidas para mitigar os efeitos da guerra.

Moretti disse que a expectativa é de redução dos gastos com subvenções à medida que o preço do petróleo Brent recue, mas evitou antecipar se essas despesas serão incluídas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, sob o argumento de que a necessidade dos subsídios é avaliada mês a mês.

Por outro lado, o relator da receita do PLOA de 2027, deputado Neto Carletto (Avante-BA), incorporou à proposta a nova projeção oficial para o preço médio do barril de petróleo Brent, de US$ 95,23. A atualização desse parâmetro elevou em R$ 38,5 bilhões a estimativa de arrecadação com royalties e participações especiais, o que ajudará o governo a fechar as contas no âmbito da peça orçamentária.

O ministro afirmou ainda que, se todo o ganho de arrecadação decorrente da alta do petróleo fosse convertido em melhora do resultado primário, o governo registraria superávit neste exercício. Ressaltou, porém, que, sem as medidas de contenção dos preços dos combustíveis, os efeitos inflacionários da guerra poderiam ter repercussões sobre o patamar da taxa Selic.

Já o secretário-executivo do

Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, disse que se o governo não tivesse tomado medidas para conter o preço dos combustíveis, como as subvenções e desonerações, o impacto no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seria superior a 1 ponto percentual. "Certamente a gente teria diesel de R$ 10, gasolina de R$ 10, num cenário bastante difícil do ponto de vista social e de cadeias logísticas", comentou Ceron.

Em 9 de novembro, o governo federal também anunciou a prorrogação, por mais 30 dias, da desoneração dos **tributos** federais sobre a gasolina e

o etanol. A perda de arrecadação será compensada com receitas extraordinárias do petróleo, conforme autorização do Congresso que flexibilizou as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exclusivamente para 2026.

Líder do PT na Câmara defende gatilho para reduzir meta fiscal

Beatriz Roscoe e Ruan Amorim

Após a aprovação do pacote de ajuste fiscal do governo no Congresso, o líder do PT na Câmara, deputado Pedro Uczai (PT-SC), defende que o Legislativo avance em outra direção. Entre as propostas da bancada do PT - partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que inicialmente se mostrou resistente a apoiar o projeto votado esta semana pela Casa - está a possibilidade de rever a meta de resultado primário prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na prática, a medida ampliaria o espaço fiscal e vai na contramão do que economistas e agentes do mercado financeiro recomendam para controlar a trajetória da dívida pública.

Em entrevista ao Valor, Uczai afirmou que o próximo passo deve ser a discussão de uma nova política econômica para o governo, com ampliação da redução dos incentivos fiscais para bilionários, e defendeu a necessidade de construir uma "nova política monetária no país". Além disso, defendeu que é o momento de promover uma reforma da renda mais profunda, com progressividade na tributação.

Pedro Uczai: líder do PT na Câmara defende que partido reivindique o Ministério das Cidades, na mira do Centrão

Na discussão sobre a composição do governo para o próximo mandato, o líder do PT também reivindicou que a legenda tenha protagonismo em ministérios estratégicos. Entre as pastas que a bancada gostaria de ver sob o comando do partido estão Fazenda, Cidades, Minas e Energia e Casa Civil, além da Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

De acordo com Uczai, o Ministério das Cidades deveria ser comandado pelo PT em razão da importância da agenda urbana para o país. "Nós precisamos discutir melhor o Minha Casa, Minha Vida. Nós precisamos discutir melhor a mobilidade humana e urbana", disse.

Na Câmara, o deputado antecipou que o PT pretende reivindicar a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no primeiro ano da próxima legislatura, além de outras três comissões, a serem negociadas com os demais partidos do bloco.

Em relação à proposta de mudança na LDO, a ideia defendida pelo líder do PT é criar uma espécie de "cláusula de escape fiscal", que permitiria ao governo perseguir uma meta de superávit primário menor caso a economia cresça menos do que o previsto. Atualmente, a meta é 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo.

Na quarta-feira (25), a bancada do PT se reuniu com o relator do projeto da LDO 2027, senador Eduardo Gomes (PL-TO), e apresentou duas opções de emendas nesse sentido, para que ele possa "escolher" entre as propostas, caso acate a sugestão.

A primeira prevê manter a meta de superávit de 0,5% do **PIB**, com a possibilidade de reduzi-la para 0,25% caso a projeção de crescimento da economia fique, ao longo do ano, mais de um ponto percentual abaixo da previsão utilizada no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Nesse caso, será considerada a projeção de crescimento do **PIB** do Ministério da Fazenda, atualizada bimestralmente pela pasta.

Outra emenda propõe uma cláusula de escape escalonada, segundo a qual, se a projeção de crescimento cair mais de 0,5 ponto percentual em relação à previsão original, a meta será reduzida para 0,25% do **PIB**. Se a queda superar um ponto percentual, a meta será zerada.

Na prática, a redução da meta para 0,25% do **PIB** representaria uma diminuição de aproximadamente R$ 36,6 bilhões no superávit exigido no centro da meta. No caso de a meta ser zerada, a redução seria de R$ 73,2 bilhões.

A seguir, os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Quais são as prioridades da bancada após a aprovação do ajuste fiscal? Há a possibilidade de envio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), cujo conteúdo ainda não conhecemos. O que a bancada defende que esteja nessa proposta?

Pedro Uczai: Nós assumimos, com muita responsabilidade, a votação dessa proposta do governo, para equilibrar as contas e, ao mesmo tempo, não atingir as políticas sociais, a saúde, a

educação e a Previdência. Agora, nossa prioridade é pensar uma nova política econômica para o governo, uma nova política monetária para o Banco Central e uma nova política de receita no Brasil. Os bilionários, os super-ricos, pagam muito pouco neste país. Há uma injustiça tributária. Vários desses setores, como os detentores de grandes fortunas e os que recebem lucros e dividendos, não pagam **impostos**. Nós queremos fazer esse debate e esse enfrentamento para ampliar a receita desses setores que não pagam **impostos**. Também queremos discutir o futuro do país, no médio e longo prazo.

Valor:

A bancada do PT fará alguma sugestão à discussão orçamentária de 2027?

Uczai: Nós iremos apresentar sete emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Faremos uma proposta anticíclica. Se houver desaceleração econômica, com redução do **PIB**, a meta fiscal será reduzida. Essa é a nossa defesa histórica, e estamos retomando esse debate. Por outro lado, queremos conseguir retirar da meta fiscal determinadas iniciativas. Investimentos estruturantes, por exemplo, queremos que fiquem fora da meta.

"Nossa prioridade épensaruma nova política econômica,nova política monetária e nova política de receita"

Valor: Há ambiente para aprovar essas medidas, uma vez que existe uma resistência muito grande do mercado quando se trata de mudar a meta fiscal?

Uczai: Agora, precisamos compor uma maioria aqui dentro que dê condições para o presidente Lula governar. Essa é a nossa posição. Em vez de fazer mais ajuste fiscal, precisamos criar condições para que o presidente tenha recursos para investir nos programas que assumiu democraticamente no processo político-eleitoral e para que o país possa dar respostas aos desafios do cenário internacional, como a defesa da soberania

Valor: Qual é a posição da bancada sobre a política monetária?

Uczai: O que queremos, na política monetária, é que o Banco Central continue tendo autonomia, mas que a política monetária esteja subordinada à política econômica e à política fiscal. Ou seja, que haja uma articulação entre as políticas. Como é que o Banco Central se atrela aos interesses do setor financeiro, mas não se atrela à democracia do Congresso nem à democracia do povo brasileiro, que elegeu um presidente? Ele é independente, é autônomo e não se subordina à política econômica de um governo eleito democraticamente nem à democracia representativa do Congresso, mas se atrela aos interesses do setor financeiro brasileiro?

Valor: Vocês pretendem propor uma nova legislação para o Banco Central?

Uczai: Sim, temos que discutir uma nova legislação para o Banco Central. Não se trata de subordiná-lo, mas de fazer com que ele tenha de responder democraticamente. O Banco Central é um quarto Poder, que não se subordina a ninguém, nem a quem o indicou, nem à democracia representativa do Executivo e do Legislativo. Em grande parte, está protegido legalmente do Judiciário, porque pode tomar qualquer decisão sem precisar responder criminalmente por ela.

Valor: O projeto do ajuste fiscal passou na Câmara com um placar suficiente para aprovar uma PEC. Apesar da mudança na composição do Congresso no próximo ano, haverá maior harmonia entre Legislativo e Executivo no Lula 4?

Uczai: É uma grande oportunidade agora [de aprovar propostas do governo]. Os atuais deputados do centro, com seus partidos, já estão decidindo e têm disposição de participar do governo, de ocupar ministérios. Isso permite que uma grande parte dos parlamentares apoie o próprio governo, do qual seus partidos farão parte. Os partidos vão participar do governo e, portanto, vão torcer pelo seu sucesso. Nesse contexto de formação do governo, de composição dos ministérios, é possível construir uma maioria para votar uma emenda constitucional nessa direção, e não mais cortes e ajustes fiscais. Acho que ainda há ambiente para isso neste ano.

Valor: O PT também apresentou propostas para tributar dividendos e rendimentos isentos e aumentar os juros sobre capital próprio (JCP). Existe espaço para o governo encampar essa discussão?

Uczai: Tem. Na terça-feira (24), participei de uma reunião com uma liderança do centro que defendeu a possibilidade de cobrar das grandes fortunas. Mas temos que fazer a nossa tarefa: discutir o fim da Previdência dos militares, o fim dos supersalários e de qualquer penduricalho acima do teto constitucional.

Valor: Agora é o melhor momento para isso?

Uczai: Nós queremos enfrentar esse debate, e este é o melhor ambiente para isso. Se não fizermos agora, não faremos nos próximos quatro anos, quando teremos uma nova correlação de forças, principalmente no Senado. Então, essa é a

oportunidade. Não só porque temos um ambiente objetivo, como foi demonstrado nesta semana, mas também um elemento subjetivo, que é a correlação de forças possível na próxima legislatura. Diante das contradições em que estamos, este é o melhor momento para discutir a renda. Na conjuntura passada,

não tínhamos isso.

Valor: O questionamento à impositividade das emendas parlamentares foi uma discussão que o Supremo Tribunal Federal (STF) travou no ano passado. Podemos esperar isso de novo?

Uczai: Perfeitamente. Não é nossa tarefa executar emendas parlamentares. Nossa tarefa é elaborar e votar o Orçamento. Mas quem o executa é o Executivo. Por isso se chama Executivo, Legislativo e Judiciário, que julga. Podemos discutir o fim da impositividade das emendas parlamentares de comissão e de bancada, que representam metade do Orçamento do Congresso destinado a emendas parlamentares. No limite, que ficassem apenas as emendas individuais [impositivas].

Valor: Em meio à articulação de partidos do Centrão para ampliar o espaço na Esplanada dos Ministérios, o que o senhor considera fundamental que permaneça sob o comando do PT no Lula 4?

Pedro Uczai: Minha posição é muito clara neste momento: Economia, política econômica, Casa Civil e SRI [Secretaria de Relações Institucionais]. São centros de diálogo com a sociedade e com o Congresso. Não é só com o Congresso, não é só com os partidos políticos. É com a sociedade brasileira e com a expectativa da sociedade brasileira que elegeu o presidente Lula. A governabilidade se dá aqui e também na sociedade, com rua ou sem rua, nas redes sociais e assim por diante. Então, na minha leitura, são áreas estratégicas.

Valor: E o Ministério das Cidades também deve ficar com a legenda?

Uczai: O Ministério das Cidades também deveria ser do Partido dos Trabalhadores. Nós precisamos discutir melhor o Minha Casa, Minha Vida. Precisamos discutir melhor a mobilidade humana e urbana, que envolve o transporte coletivo como um direito humano, previsto na Constituição. Precisamos melhorar o transporte coletivo, fazer um grande projeto, quem sabe com as empresas de transporte elétrico, como as de ônibus elétricos no país, mas também discutir a gratuidade desse transporte.

Valor:

Uczai: Acho que o partido deveria reivindicar o Ministério de Minas e Energia. Minas e Energia, Petrobras e Itaipu. Temos que discutir a reestatização da BR Distribuidora, a transição energética, a relação entre energia e desenvolvimento industrial, a energia renovável e a geração de uma nova

Mais alguma pasta?

engenharia brasileira, com ciência, tecnologia e inovação.

Valor: Como estão as negociações para viabilizar a tarifa zero para os ônibus, nos fins de semana, diante da resistência do Congresso em destinar recursos das emendas parlamentares para financiar a proposta?

Uczai: Eu acredito que, de forma isolada, não prospera. Mas, no conjunto de um projeto de sustentação do governo para os próximos quatro anos, pode prosperar. E não só com esses R$ 12 bilhões, pode chegar a R$ 30 bilhões. Mas é preciso discutir isso com o conjunto, de modo que cada um possa dar sua contribuição.

"O Hugo [Motta] tem sido uma peça importante na construção da pauta legislativa para o nosso governo"

Valor: O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem sido importante para a governabilidade nessa aliança com Lula?

Pedro Uczai: O Hugo tem sido uma peça importante na construção da pauta legislativa para o nosso governo. Como ele também se posicionou politicamente, temos o entendimento de que quem foi nosso adversário político, nosso inimigo político, foi a extrema direita no país nas eleições. Foi Flávio Bolsonaro e a extrema direita. O centro não é nosso inimigo. Construímos e decidimos, em conjunto, essa aliança tática com a nossa bancada e a nossa federação para apoiar Hugo Motta à reeleição. Dentro dessa conjuntura, isolar a extrema direita é bom para o Brasil, para a democracia, para a governabilidade do presidente Lula e para as pautas estratégicas. Não tenho dúvida de que Hugo Motta pode desempenhar um papel importante na institucionalidade, na estabilidade política e na defesa das principais pautas do governo. E queremos acrescentar mais um ponto: a defesa das pautas da bancada, para tensionar, pressionar e votar.

Valor: E o que o PT deve pleitear na divisão dos espaços na Mesa Diretora e nas comissões?

Pedro Uczai: Queremos manter a Primeira-Secretaria com a nossa bancada. Em relação às comissões,

dentro do bloco, vamos defender a proporcionalidade. E, se o bloco for mantido - como temos defendido, já que consideramos o PL incompatível com essa composição -, nós somos a maior bancada. Se somos a maior bancada e defendemos a proporcionalidade, temos, no primeiro ano, direito a quatro comissões. Defendemos o rodízio, não queremos os quatro anos. Mas, no primeiro ano, vamos reivindicar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Valor:

A proposta do fim das bets deve avançar?

Pedro Uczai: Eu acredito nas pesquisas que encomendamos: 67% da população brasileira defendem o projeto do presidente Lula que está aqui na Câmara, aqui no Congresso. Há apoio popular. Os empresários brasileiros que estão no setor produtivo, e não na jogatina, no cassino, defendem o fim das bets. Então, é uma opção que os deputados aqui vão ter que fazer, e vão fazer pelo fim das bets. Não tenho dúvida. Queremos votar ainda este ano.

Valor:

Houve aprendizado do PT no processo eleitoral, com o baque sofrido no primeiro turno e, depois, com a mobilização popular? A partir de agora, há um novo perfil de mobilização?

Pedro Uczai: Tem, e é necessário. Duas coisas. As ruas nos mostraram que a governabilidade pode estar aqui dentro, no Congresso, mas também está nas redes e nas ruas. Essa militância, eu defendo e acredito que possamos fazer um governo em que o povo não só esteja no Orçamento, mas decida parte do Orçamento, podendo opinar. No quarto governo do presidente Lula, esse é o maior e melhor desafio: democracia participativa.

Valor:

Como funcionaria esse Orçamento Participativo?

Pedro Uczai: Vou dar um exemplo concreto. O Novo PAC não se sustenta mais sem democracia direta. O Novo PAC precisa de participação social. Em uma das emendas da LDO, defendemos a participação cidadã. Isto é, a pessoa poder opinar presencialmente e virtualmente. O PAC, por exemplo, se nós temos todo o PAC para definir creches, escolas, quadras, ônibus, que a sociedade discuta democraticamente as obras federais naquele Estado.

PF investiga esquema de mineração ilegal

» ALÍCIA BERNARDES

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem,uma operação para desarticular um esquema de mineração ilegal em Minas Gerais que teria movimentado cerca de R$ 2 bilhões.

Batizada de Húbris, a ação investiga uma organização criminosa suspeita de utilizar obras de terraplanagem, estabilização de encostas e recuperação ambiental como fachada para a extração clandestina de minério de ferro em diferentes regiões do estado.

Foram cumpridos oito mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária e ordens de busca e apreensão em mais de 50 endereços residenciais e empresariais.

A operação mobilizou 230 policiais federais e 20 servidores da Controladoria-Geral da União (CGU). Fuzis, munições, dinheiro em espécie e equipamentos foram apreendidos durante as diligências, que contam com apoio do Ministério Público Federal (MPF) e da **Receita Federal**.

As investigações identificaram atividades suspeitas em áreas próximas à BR-040 e em localidades como Olhos d'Água, Rancho do Boi, Água Limpa, Vale do Sol, Serra da Piedade e Mina Várzea do Lopes.

O esquema também teria atuado em municípios como Nova Lima, Itabirito, Caeté, Sabará, Morro do Pilar, São Gonçalo do Rio Abaixo, Passa Tempo, Catas Altas e Alvinópolis, onde intervenções em propriedades e empreendimentos eram utilizadas para dissimular a exploração mineral.

Levantamentos periciais apontam que aproximadamente 5,74 milhões de toneladas de minério de ferro podem ter sido extraídas ou beneficiadas de maneira irregular.

O volume representa um potencial econômico estimado em R$ 2 bilhões. Diante da dimensão financeira do esquema, a Justiça autorizou o sequestro e o bloqueio de bens, direitos e valores dos investigados até esse limite, com o objetivo de impedir a movimentação do patrimônio e assegurar eventual ressarcimento.

A PF apura suspeitas de lavagem de dinheiro e ocultação patrimonial por meio de empresas e pessoas utilizadas para disfarçar a origem dos recursos.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/26/all.pdf

Países do Golfo vivem "novo normal" sob as marcas da guerra entre EUA e Irã

Chole Cornish e Nicolas Parasie Mario Zamarian) (Tradução de

Após o ano mais desestabilizador deste século, a vida em grande parte do Golfo Pérsico parece surpreendentemente normal. O trânsito carregado de Dubai irrita os pais que levam os filhos para a escola; o antigo mercado do Kuwait fervilha com compradores durante a noite; e entregadores circulam rapidamente pelo Bahrein.

O emir do Catar, o xeque Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani, observou recentemente que "pode-se acabar tratando o curso normal da vida cotidiana como algo garantido, apesar da guerra em curso".

Mas, embora os países do Golfo busquem transmitir a ideia de que tudo segue como de costume, pequenos indícios revelam uma realidade diferente. Avisos de "permanecer no local" (orientações de abrigo) ainda podem ser vistos nas paredes de creches em Dubai, quase uma dúzia de restaurantes recomendados pelo mais recente guia Michelin estão fechados - o que vem gerando grande repercussão nas redes sociais - e atrações como o Museu do Futuro continuam temporariamente fechadas.

Em Doha, uma mãe nota o surgimento de marcas alternativas nas prateleiras dos supermercados do Catar, enquanto um barman aponta uma redução na variedade de cervejas disponíveis.

"No dia a dia, a rotina segue praticamente normal", diz Gemma McKeown, executiva de marketing que vive em Dubai. "Mas, quando se trata de planejamento de longo prazo, a situação é bem real, servindo como um lembrete de que a vida não é mais como era antes do conflito."

Em conversas privadas, banqueiros e empresários afirmam que muitos dos sistemas comerciais que sustentam a vida no Golfo Pérsico estão sob pressão, uma vez que os Estados Unidos e o Irã mantêm seu impasse em torno do Estreito de Ormuz, uma via da qual a região depende para tudo, desde a exportação de petróleo até o abastecimento de alimentos.

Eles temem que o conflito freie os ambiciosos planos de transformação das nações ricas em energia e cause danos duradouros aos esforços para consolidar suas posições de oásis prósperos de estabilidade em uma região conturbada.

"O Golfo tem sido afetado por esse ataque ao seu modelo de desenvolvimento", disse este mês Anwar Gargash, assessor diplomático do presidente dos Emirados Árabes Unidos. "Precisamos reconstruir muitas áreas que foram danificadas e recuperar grande parte da confiança que se perdeu", afirma ele, acrescentando estar "muito, muito otimista" com o restabelecimento dessa confiança.

Contudo, a situação na vizinha Arábia Saudita demonstra o quanto a situação é frágil. Embora o reino tenha sido relativamente menos afetado pelos ataques iranianos e pelo fechamento do Estreito de Ormuz, os houthis atacaram seus aeroportos, instalações de petróleo e escritórios corporativos. Os ataques desencadearam uma nova crise, atingindo uma fonte crucial de receita de exportação, interrompendo voos e forçando o cancelamento de eventos.

Os habitantes da região do Gold Pérsico vivem com a preocupação de que a guerra entre os EUA e o Irã possa recrudescer e colocar seus países novamente na linha de fogo. Donald Trump já ameaçou várias vezes retomar os ataques, e os esforços diplomáticos em busca de um acordo para encerrar o conflito fracassaram.

O Irã, que bombardeou incessantemente seus vizinhos árabes entre o início do conflito com os EUA e Israel, em fevereiro, e um cessar-fogo frágil em abril, lançou novos ataques na última semana contra o que descreveu como alvos militares americanos no Bahrein e no Kuwait. Os países do Golfo informaram que esses ataques foram interceptados.

"Há uma preocupação compartilhada de que essa situação esteja se prolongando demais e, neste momento, não parece haver uma resolução sobre as negociações", diz Bader Al-Saif, professor-assistente na Universidade do Kuwait.

A Allianz Trade disse em um relatório divulgado este mês, que a guerra deixou "uma cicatriz permanente e redesenhou o mapa econômico do Golfo", estimando a conta da reconstrução em US$ 200 bilhões.

Para Dubai, os ataques iranianos com drones e

mísseis - um dos quais chegou a atingir o exclusivo centro financeiro da cidade - representaram um golpe contra a promessa de segurança e conforto

"Precisamos reconstruir áreas e recuperar grande parte da confiança que se perdeu" Anwar Gargash

que, somada aos baixos **impostos**, é fundamental para seus esforços de competir com outros centros de negócios globais.

O argumento era: "Somos seguros, Londres já era", diz um banqueiro radicado em Londres que viaja pela região. Agora, as pessoas brincam dizendo que os Emirados Árabes Unidos fazem parte da "Grande Teerã", acrescenta ele, ressaltando como a percepção externa mudou, embora muitos moradores rejeitem essas caracterizações.

A grande maioria dos ataques com mísseis e drones lançados pelo Irã foi interceptada, e os países conseguiram manter a prestação de serviços aos seus habitantes. Uma rede elétrica regional conecta os sistemas dos seis Estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), permitindo, por exemplo, que a energia seja obtida de países vizinhos.

"Mesmo quando o Irã atingiu as usinas elétricas, a rede elétrica do GCC serviu como alternativa de contingência, tornando a transição bastante tranquila", afirma Hasan Alhasan, pesquisador sênior em Política para o Oriente Médio no International Institute for Strategic Studies.

Mas os líderes do Golfo também iniciaram planos para tornar a infraestrutura menos vulnerável, como a descentralização de centros de dados e a instalação subterrânea de tanques de combustíveis em aeroportos.

Estruturas de proteção foram erguidas ao redor dos tanques de armazenamento de petróleo que atendem ao gigantesco aeroporto internacional de Dubai, e passageiros que embarcam nas proximidades são orientados a não fotografá-los.

Projetos ferroviários regionais, incluindo uma rede discutida há muito tempo, que conectaria todos os seis países do Golfo, estão sendo retomados como rotas alternativas de transporte terrestre, no que algumas autoridades descrevem como uma estratégia de "Zero Ormuz". Portos na costa do Mar Arábico, antes pouco movimentados e agora sobrecarregados, estão sendo reforçados. E a DP World, empresa sediada em Dubai, planeja desenvolver dois terminais totalmente novos.

Alguns banqueiros otimistas enxergam uma oportunidade de financiar projetos de infraestrutura que permitam controlar o estreito. Mas outros temem que esses gastos acabem desviando recursos de investimentos produtivos.

E, no fim das contas, "nada pode substituir o Estreito de Ormuz, sua geografia", afirma Saif. "É preciso chegar a um entendimento com todos os vizinhos."

Os danos econômicos à região estão aumentando, com alguns governos cortando seus gastos, uma vez que a interrupção nas exportações de petróleo e gás trouxe um custo elevado.

Incapaz de exportar gás, o governo do Catar viu sua receita cair 42% nos primeiros seis meses do ano, enquanto a receita fiscal do Kuwait para 2025-2026 ficou 25% abaixo da registrada no período anterior. Abu Dhabi também precisou firmar um acordo de "swap" cambial de US$ 5 bilhões para apoiar o Bahrein, país que detém a maior carga de dívida entre os membros do GCC.

Para a Arábia Saudita - que manteve as exportações de petróleo por meio de oleodutos, apesar do fechamento do Estreito de Ormuz -, as receitas aumentaram 6% no primeiro semestre graças aos preços mais altos do petróleo. Mas os gastos cresceram em um ritmo mais acelerado, deixando o reino com um déficit de US$ 43 bilhões.

O HSBC também estima que a economia dos Emirados Árabes Unidos entrou em recessão. "Adoro este lugar e quero que ele prospere", diz um executivo que fez sua carreira em Dubai. "Mas estou preocupado", acrescenta, observando que, em sua avaliação, o impacto econômico ainda não se manifestou totalmente.

Em Abu Dhabi, gestoras de ativos globais, como Advent, Eurazeo e New Mountain Capital, deram continuidade aos seus planos de abrir escritórios no emirado.

Embora o centro financeiro "offshore" de Dubai esteja mais movimentado do que nunca, empresários e advogados relatam um aumento no número de fechamentos de empresas. "As pessoas estão ficando loucas com os litígios", diz um advogado, acrescentando que sua firma teve bastante demanda no terceiro trimestre, auxiliando clientes na cobrança de dívidas não pagas.

O trânsito - ainda suficiente para irritar quem se desloca diariamente pela cidade - não voltou a atingir os níveis do ano passado. A Salik, empresa de cobrança de pedágios do emirado que tem capital aberto, informou este mês uma queda de 11% (na comparação com 2025) no número de viagens sujeitas

a cobrança ao longo dos primeiros nove meses do ano.

Uma das maiores vítimas da guerra tem sido o setor de turismo de hotelaria da região. Pelo menos uma dúzia de hotéis entre os mais luxuosos de Dubai - incluindo o emblemático Burj Al Arab - fecharam temporariamente para reformas. Uma queda dos gastos no varejo por parte de turistas de alto poder aquisitivo também está afetando grandes grupos varejistas, como a Majid Al Futtaim e a Jashanmal.

No entanto, os turistas parecem estar retornando a Dubai, ainda que cautelosamente. Eles lotam os barcos que oferecem refeições enquanto navegam a partir da Marina de Dubai e ocupam espreguiçadeiras nas areias de Jumeirah Beach Residence.

Mas, embora a ameaça constante à região tenha se tornado algo habitual, o mesmo ocorreu com a necessidade de vigilância. O xeque Tamim alertou os cataris de que "devemos estar sempre preparados para os piores cenários e todos - instituições e cidadãos - precisam assumir sua responsabilidade".

Estratégico para indústria, reúso busca consolidação

Lilian Caramel Para o Valor, de São Paulo

A adoção das embalagens retornáveis ganhou um incentivo extra com a entrada em vigor do decreto do plástico no ano passado. Pela nova norma, fabricantes, distribuidores, comerciantes e consumidores passaram a ter mais obrigações de rastreabilidade e controle sobre o ciclo de vida completo do produto. A norma prevê, por exemplo, o dever dos consumidores de lavá-las, separá-las e dispensá-las em pontos de entrega voluntária quando se esgotarem.

Para Lupércio de Carvalho, da Milaré Advogados, as retornáveis estão contempladas no arcabouço normativo desde a Política Nacional de Resíduos Sólidos, espinha dorsal da legislação sobre o tema. "Elas já aparecem na legislação desde a promulgação do marco do setor em 2010. Em geral, o reúso tem preferência sobre reciclagem conforme as regras vigentes. E o decreto do plástico definiu metas ambiciosas no quesito, o que é muito bom", avalia.

"No entanto, fiscalizar é uma tarefa difícil. Acredito que a inteligência artificial, por outro lado, irá ajudar porque permite cruzar dados da **Receita Federal** e das fazendas estaduais com a base Sinir (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos) para checar se o volume declarado foi mesmo transportado e reciclado", pondera o advogado. Com fatia de 18% das unidades vendidas no setor de bebidas, as retornáveis são estratégicas para a indústria, que busca alavancá-las no comércio.

No Brasil, a maior parte do segmento continua concentrada no retorno dos cascos de vidro. A Ambev, maior fabricante nacional do segmento, reportou taxa de 30% delas na massa total de embalagens e destacou, em 2025, que segue em busca de consolidar o modelo circular. Já a Femsa Brasil, maior fabricante da Coca-Cola, vem ampliando a capacidade das reutilizáveis.

Sua operação das retornáveis está integrada às plantas de produção, comércio e logística. "Estamos em quase metade dos lares onde operamos. Há uma retomada do interesse pelas embalagens reutilizáveis, com movimentos que variam conforme o canal e a ocasião de consumo. Geralmente, após a primeira compra, o consumidor devolve a embalagem vazia e paga apenas pelo líquido, o que barateia o produto e atrai pela economia", observa Luciane Chimenti, diretora de trade marketing.

Em 2024, a multinacional derrubou a meta global de chegar a 25% de retornáveis até 2030 e anunciou um novo objetivo: incorporar entre 35% e 40% de material reciclado em todas as embalagens primárias de plástico, vidro e alumínio. "O principal desafio é garantir que todo o ciclo funcione de maneira integrada. Diferentemente da embalagem de uso único, a retornável depende de uma jornada longa que envolve equilíbrio entre oferta e retorno, eficiência logística, disponibilidade de vasilhames, participação dos comerciantes e conveniência para o consumidor", lembra a executiva.

Já especialistas da economia circular defendem que elas são uma das melhores estratégias para combater a poluição plástica. De acordo com dados da Fundação Ellen MacArthur, a transição da descartável para a reutilizável pode reduzir em 20% o volume do material que acaba nos oceanos. Além de diminuir a geração de resíduos que contaminam o meio ambiente, o reúso também permite reduzir o consumo de água e a emissão de gases de efeito estufa pela indústria.

"A única maneira de escalar o modelo, porém, é por meio da interoperabilidade entre as marcas ao longo da cadeia e infraestrutura compartilhada com incorporação de vasilhames de design similares. Precisamos de investimento para além de iniciativas individualizadas das empresas", frisa Luísa Santiago, diretora-executiva para a América Latina da instituição. "O Brasil possui uma cultura histórica de retornáveis de vidro, mas os cascos perderam mercado para as descartáveis, que cresceram muito", lamenta.

Na ponta do consumidor, questões de preferência pessoal podem contar mais do que a economia proporcionada pelo hábito de usar retornáveis. O aposentado Osmair Pelisser, de Sabino (SP), que trabalha na principal a adega da cidade, acredita que a maioria dos clientes decide pelo sabor. "A cerveja e o refrigerante no vidro são mais gostosos. Muitos usam as retornáveis por isso", opina. "Vejo pessoas que só compram as barrigudinhas de reúso motivadas pelo paladar", insiste. Atualmente, na adega, a campeã de vendas, porém, não é a clássica garrafa de vidro nem

a PET retornável, mas a latinha de alumínio.

Já no ramo de entregas, a DHL Brasil inovou com uma solução térmica para o transporte de insumos farmacêuticos. Desenvolvida na Austrália e fabricada na China, a caixa retornável Platinum já é comercializada para 60 clientes. "Trabalhamos para otimizar o trânsito do produto na malha logística inteligente. A entrega e coleta acontecem no mesmo momento, de forma coordenada", explica Daniel Tavares, vice-presidente de operações de life sciences da companhia.

Gestão e governança puxam desempenho

Suzana Liskauskas

Gestão financeira alinhada à estratégia, profissionalização e investimentos em digitalização. Esses são alguns dos pontos em comum entre as médias empresas mais bem avaliadas no Prêmio Médias de Valor 2026. A iniciativa, criada pelo Valor e por Pequenas Empresas Grandes Negócios, conta com uma pesquisa da Fundação Dom Cabral (FDC) e é apresentada pelo Itaú Unibanco. A segunda edição mostra que as 20 vencedoras, cinco em cada uma das quatro faixas de receita líquida entre R$ 15 milhões e R$ 500 milhões, se destacam mais pela maturidade administrativa do que pelo porte.

No total, 551 companhias de todas as regiões do Brasil se inscreveram, das quais 259 foram consideradas aptas para a avaliação por apresentarem informações estruturadas sobre 11 temas. Entre os atributos analisados pelos pesquisadores da FDC, governança, inovação e integração entre finanças e planejamento estratégico foram os que mais diferenciaram as campeãs. A distribuição de responsabilidades, a preparação de novas lideranças e a formalização de planos de sucessão ainda representam desafios para as participantes, inclusive as premiadas.

Áurea Helena Puga Ribeiro, coordenadora do Centro de Inteligência de Médias Empresas da FDC, chama a atenção para os obstáculos à transferência de comando nas empresas de médio porte, muitas de origem familiar. Mesmo entre as 20 vencedoras, o percentual de adoção de planos formais para essa transição não chega à metade (45%). A proporção é idêntica à

"Empresas centralizadas no dono não crescem. Esse desapego vem com os conselhos" Áurea Ribeiro

registrada na edição de 2025. Entre as demais 239 participantes em 2026, o percentual cai para 21%. Para Ribeiro, é preciso ir além da discussão do tema. "A empresa familiar, que é o caso de muitas médias no país, tem que estruturar esse processo e reter talentos", afirma.

Outro diferencial identificado no levantamento é a estrutura de governança. Entre as vencedoras, 75% contam com conselhos de administração, enquanto 29% das demais participantes possuem colegiados dessa natureza. As premiadas também se destacam pela menor concentração das decisões nas mãos dos sócios. Ribeiro destaca a importância de compartilhar o processo decisório: "Empresas centralizadas no dono não crescem. Tem que ter coragem para desapegar, e esse desapego vem com os conselhos", diz Ribeiro.

A governança foi o aspecto que mais diferenciou as vencedoras das demais companhias. Em uma escala de 0 a 100, as premiadas alcançaram 81 pontos, ante 50 das 239 participantes. Na faixa de faturamento entre R$ 15 milhões e R$ 99,99 milhões, que reúne 62% das avaliadas, a diferença foi a maior entre os critérios analisados: as cinco campeãs superaram as concorrentes do mesmo grupo em 34,3 pontos.

Os resultados do estudo indicam avanços na distribuição de responsabilidades e na autonomia das equipes. "Temos visto cada vez menos empresas centralizadas nas decisões", avalia Plínio Monteiro, professor da FDC. No grupo das campeãs, 10% ainda mantêm decisões muito concentradas nos proprietários. No outro, essa realidade está presente em 39%. Os pesquisadores ressaltam que as organizações com maior grau de maturidade tendem a adotar mais mecanismos institucionais em processos decisórios, controle e acompanhamento, reduzindo a dependência exclusiva dos sócios.

Outro desafio identificado pelo estudo Médias de Valor é a gestão de pessoas. Enquanto todas as 20 premiadas apresentam matriz de competências por cargo, essa prática está presente em 67% das demais participantes inscritas. No grupo das campeãs, 95% têm avaliação de desempenho formalizada e 90% apresentam programas de retenção de talentos; entre as não premiadas, os índices somam 69% e 57%, respectivamente. Os resultados também indicam avanços em relação à primeira edição, em 2025. Naquele ano, os três indicadores entre as campeãs eram de 75%, 70% e 80%, respectivamente.

Na avaliação da coordenadora da FDC, a capacidade de sustentar o crescimento depende de avanços nas políticas de desenvolvimento e valorização das equipes. "A média empresa precisa amadurecer para se profissionalizar. Deve ter mais talentos, o que exige mais investimentos", aponta Ribeiro.

O estudo indica uma correlação entre a integração da administração financeira à estratégia e o grau de maturidade do negócio. Segundo a coordenadora, esse é um dos aspectos centrais do modelo de avaliação da FDC, dividido em cinco estágios: inicial,

emergente, estabelecido, avançado e de excelência. "Quando a empresa chega ao nível 3 [estabelecido], o que marca a virada é a gestão financeira, porque ela começa a organizar dados e tomar decisões baseadas em informações. Então, passa a avançar, porque as demais áreas, como comercial e marketing, dependem de dados estruturados", explica Ribeiro.

O crescimento anual das empresas abaixo do estágio 3 costuma ficar em torno de 4%, segundo os pesquisadores. A partir desse nível, esse índice aumenta para 11%. "Quando você tem controle das finanças e transformação digital, a gestão sobre a cadeia de valor fica mais alinhada e todas as áreas funcionam melhor, porque há mais dados para a tomada de decisão", diz ela.

Os indicadores financeiros também revelam diferenças entre os dois grupos do Médias de Valor - os vencedores e os demais. A margem operacional das campeãs ficou em 20,5%, ante 15,7% das demais participantes. Na margem líquida, os percentuais foram de 16,4% e 10,7%, respectivamente. A distância diminui no Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização), com índices de 20,5% entre as vencedoras e 17,6% nas outras companhias. As empresas premiadas também registraram uma proporção menor de despesas administrativas, de 17,9% da receita, ante 19,7% das não premiadas.

As faixas de menor faturamento concentram mais prestadoras de serviços, enquanto as indústrias predominam no grupo de maior receita. Entre R$ 15 milhões e R$ 99,99 milhões, os percentuais são de 54% e 33%, respectivamente. Já no intervalo entre R$ 300 milhões e R$ 500 milhões, essa proporção se inverte, com 41% e 55%. No conjunto das 259 empresas avaliadas, 49% atuam em serviços, 36% na indústria e 14% no comércio.

Segundo Ribeiro, nas quatro faixas, as despesas administrativas perdem peso sobre a receita à medida que o porte aumenta, enquanto os custos diretos ganham participação. Essa tendência pode estar relacionada às diferenças entre os modelos de negócio, já que a atividade industrial concentra mais gastos diretamente ligados à produção.

O Prêmio Médias de Valor 2026 reuniu participantes de todas as regiões do país, com predominância do Sudeste (56%), seguido do Sul (21%), do Nordeste (10%), do Norte (7%) e do Centro-Oeste (6%). A maioria tem como foco vendas para outras empresas, no modelo B2B (72%), e tem capital fechado (99%).

"Temos visto cada vez menos empresas centralizadas nas decisões" Plínio Monteiro

Moretti nega PEC, mas fala em novos ajustes

» RAPHAEL PATI

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, negaram que o governo esteja elaborando uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para ampliar o controle fiscal, mas reforçaram haver um estudo "contínuo" sobre novos ajustes.

"Não tem a PEC. É uma discussão contínua de medidas que nós achamos que há espaço ainda para avançar e medidas adicionais que dão mais segurança ao cumprimento das metas de resultado primário", enfatizou Moretti, durante a coletiva de apresentação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) referente ao 5º bimestre.

Ele destacou que tanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), quanto o da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- -PB), já teriam se colocado à disposição para pautar novos projetos.

Ele frisou, ainda, ser "importante" que as matérias sejam colocadas na pauta do Legislativo ainda neste ano, antes das mudanças na composição das duas casas do Congresso Nacional.

"Tem uma janela de oportunidades para isso, então é importante que seja feito este ano e, de novo, nós estamos em discussões internas, não tem "o instrumento", "o dia", "a bala de prata". Caso o governo entenda e, em última instância, o presidente Lula entenda que é preciso tomar medidas considerando esse cenário econômico, nós vamos fazê- lo", salientou.

Moretti ainda ressaltou que o governo "sempre discute" medidas para reduzir o crescimento das despesas obrigatórias. Disse debater com Lula a importância de controlar a trajetória de crescimento das despesas obrigatórias e promover ajustes nos mecanismos de controle fiscal.

O titular do Planejamento ressaltou que novas medidas não devem causar impactos em programas sociais e em direitos básicos da população, como teria destacado o presidente nas conversas com a equipe econômica. "Nós temos duas premissas: de um lado, melhorar o nosso resultado primário; e, do outro, preservar os direitos da população", frisou.

Também presente na entrevista coletiva, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, reforçou haver um "cardápio" de opções à mesa da equipe econômica e que uma nova medida poderia ser feita por meio de qualquer instrumento. "Pode ter PLP, pode ter uma PEC, pode ter um PL ordinário e, assim, sucessivamente", afirmou.

Receitas Dentro do governo, há incerteza sobre quais seriam as medidas adotadas para ampliar o esforço fiscal sobre as contas públicas já no início do quarto mandato de Lula.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, disse que uma nova iniciativa nesse sentido não deve mexer nos pisos constitucionais da saúde e educação, que são gastos obrigatórios. Em entrevista à Folha de S.Paulo, o chefe da pasta citou o enfrentamento a emendas parlamentares, gastos tributários injustificados e privilégios, como os supersalários, em um possível novo pacote.

Pelo lado das despesas, o mestre em finanças Marcos Sarmento, professor do Ibmec Brasília, avalia que novas medidas deveriam incluir ajustes estruturais, como uma revisão do sistema previdenciário, com mudança da idade mínima para obter os benefícios, além de identificar quais categorias seriam injustamente mais contempladas que outras.

Ele também cita a questão da folha do funcionalismo público - o segundo maior gasto do governo federal atualmente. "É importante revisar o plano de remuneração, extinguir os supersalários, revisar o plano de cargos, de automação do serviço público visando melhoria da qualidade e redução de custos e outros aspectos", ressalta o especialista.

Para o analista Jean Lucas Paiva Athayde Coelho, contador, sócio e diretor comercial da Consult Seven, a lei complementar de ajuste fiscal, sancionada na terça-feira, ainda não entrega o que a "matemática" das contas públicas exige. "Na prática, o governo aprovou um pacote que estanca a sangria imediata do caixa e abre margem de manobra para o curto prazo, mas não desarma as bombas-relógio do Orçamento", afirma o especialista. Ele defende um corte estrutural para reduzir os juros e baratear o crédito.

Contenção Após aprovar um pacote fiscal que pode abrir um espaço de até R$ 56 bilhões no próximo ano, a equipe econômica do governo conseguiu reduzir em

R$ 3,4 bilhões a contenção de gastos do Orçamento federal de 2026, no relatório bimestral detalhado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

No relatório anterior, o governo elevou a contenção de gastos para R$ 16,1 bilhões, enquanto que, neste último, reduziu para R$ 12,6 bilhões. Esse valor é separado entre valores contingenciados (que têm o objetivo de atingir o centro da meta fiscal prevista para o ano) e bloqueados (serve para controlar as despesas quando há uma alta inesperada nas discricionárias).

O valor bloqueado pelo MPO caiu de R$ 2,4 bilhões para R$ 0,3 bilhão, o que representa uma queda de cerca de R$ 2,1 bilhão em relação ao bimestre anterior.

Já pelo lado do contingenciamento, a equipe econômica decidiu reduzir em R$ 1,3 bilhão esse valor, de R$ 13,6 bilhões para R$ 12,3 bilhões.

Esse último ainda considera uma dedução de R$ 10,5 bilhões da meta, que está prevista na lei de ajuste fiscal aprovada nesta semana pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula. Até o quinto bimestre, há uma deficit de 0,57% do **PIB** no resultado primário cheio, ao que a meta para 2026 prevê um superavit de 0,25%.

Entre as despesas primárias sujeitas ao limite do arcabouço fiscal, houve uma queda de cerca de R$ 3,5 bilhões do montante previsto aos benefícios previdenciários, além de redução de R$ 2,3 bilhões de subsídios, subvenções e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além de menos R$ 2,1 bilhões com pessoal e encargos sociais. Por outro lado, houve crescimento de R$ 5,7 bilhões das despesas obrigatórias, com destaque para a saúde.

Na Bolsa, o efeito Trabuco

Após quatro pregões seguidos em queda, o Ibovespa registrou um dia de recuperação, de volta ao patamar dos 166 mil pontos.

Profissionais de mercado atribuem o movimento às especulações em torno dos possíveis nomes para o Ministério da Fazenda, depois da notícia de que o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, teria sido cotado para o posto, ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin e do atual ministro da pasta, Dario Durigan. No fechamento, o principal índice da B3 subiu 1,58%, aos 166.684,61 pontos. Na visão dos investidores, a indicação de um banqueiro para o cargo representaria um potencial alinhamento com uma política fiscal mais dura, em que seja possível avançar com novas medidas para melhorar o nível de endividamento.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/26/all.pdf

PIB e inflação vêm fortes e pressionam o Fed

O Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos cresceu 4,3% no terceiro trimestre de 2026, acima das estimativas. Já a **inflação** medida pelo PCE (índice de preços de despesas de consumo pessoal, na sigla em inglês) avançou a 3,8% em outubro em comparação com o ano anterior, um aumento em relação aos 3,6% registrados em setembro.

Os dados, divulgados ontem pelo Departamento de Análise Econômica (BEA, na sigla em inglês), ligado ao Departamento de Comércio, aumentam a pressão sobre o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que se reúne nos dias 8 e 9 de dezembro para decidir os rumos dos juros. A meta de **inflação** é de 2%.

No segundo trimestre, a economia havia crescido 2,2%. Segundo o BEA, a aceleração foi impulsionada pela expansão dos investimentos, do consumo e dos gastos do governo, parcialmente compensada pela queda das exportações. As importações, que são descontadas no cálculo do **PIB**, também aumentaram.

CARESTIA. Na frente inflacionária, na passagem mensal, a alta foi de 0,3%, metade da variação de 0,6% observada no mês anterior. Os preços da gasolina avançaram apenas 0,8% em outubro, após uma alta de 9,2% em setembro. Já os alimentos ficaram 0,4% mais caros na comparação com o mês anterior, a maior variação desde abril.

Desconsiderados os preços mais voláteis de alimentos e energia, a **inflação** subjacente acelerou para 3,3% em 12 meses, ante 3,1% em setembro. Na comparação mensal, o indicador avançou 0,3% pelo terceiro mês consecutivo.

Os gastos dos consumidores cresceram 4,2% no terceiro trimestre, enquanto o investimento das empresas disparou 16,1%, impulsionado principalmente pelas despesas com equipamentos e propriedade intelectual, como softwares.

"Em conjunto, os dados reforçam a avaliação mais recente do Fed de que o crescimento da atividade econômica é "forte", o que significa que mais precisa ser feito para reduzir a **inflação**", escreveu Bradley Saunders, economista da consultoria Capital Economics.

Na última reunião do Fed, em outubro, o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) decidiu manter a taxa básica de juros na faixa de 3,75% a 4% ao ano, mas sinalizou forte probabilidade de novas altas nos próximos meses.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Relator deixa uma reserva de R$ 17,6 bi para novas despesas

DANIEL WETERMAN

O relator do Orçamento de 2027 no Congresso Nacional, senador Eduardo Braga (MDBAM), deixou uma reserva de R$ 17,6 bilhões na peça orçamentária para novas despesas enquanto espera medidas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e articula a inclusão de mais R$ 12,7 bilhões em emendas parlamentares para o ano que vem.

O valor não é suficiente para cobrir todas as demandas e o projeto ainda passará por mudanças. Braga concluiu ontem o relatório preliminar do Orçamento, que deve ser votado hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso. É uma etapa anterior à votação do relatório final, que só deve ocorrer em dezembro.

Mesmo com essa reserva de R$ 17,6 bilhões, novos gastos dependerão do cancelamento de outras despesas, em função do teto do arcabouço fiscal.

De um lado, o governo deve solicitar a inclusão de promessas e medidas anunciadas pelo presidente Lula durante a campanha eleitoral, como o reajuste do Bolsa Família, o Desenrola 3.0, o Pix para os microempreendedores individuais (MEIs) e a ampliação do programa Pé-deMeia.

REMANEJAMENTOS. O governo deve fazer uma nova avaliação dos gastos obrigatórios e incorporar os efeitos do projeto de ajuste fiscal sancionado por Lula para acomodar as despesas. Além disso, estuda uma

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com novas medidas de contenção de gastos.

Ontem, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que a pasta deve encaminhar na próxima semana um documento ao relator com os remanejamentos necessários.

De outro lado, o Congresso deve incluir R$ 12,7 bilhões em emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, que não estavam reservadas no projeto orçamentário encaminhado pelo governo para 2027.

QUEBRA-CABEÇA. O presidente Lula enviou o Orçamento para o Congresso, em agosto deste ano, com R$ 44,8 bilhões em emendas, contemplando apenas as emendas impositivas (obrigatórias) individuais, destinadas a cada deputado e senador, e as emendas impositivas de bancada, indicadas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado.

Considerando as verbas indicadas pelas comissões, as emendas parlamentares devem somar aproximadamente R$ 57,5 bilhões em 2027.

Na situação atual, não há espaço para acomodar tudo, as emendas e as promessas de Lula, e por isso o Congresso está à espera do governo, enquanto negocia nos bastidores as medidas necessárias com a equipe econômica.

O Legislativo aumentou a estimativa de arrecadação líquida do governo federal em R$ 17,6 bilhões em 2027 após a aprovação do pacote fiscal e o aumento na previsão de arrecadação dos royalties de petróleo no ano que vem, compensando a piora nas expectativas de crescimento da economia - o governo diminuiu a projeção de crescimento do **PIB** de 2,46% para 1,8% em 2027, conforme o Estadão antecipou.

Além disso, o relator cancelou outros R$ 2 bilhões em despesas do governo federal, atingindo verbas de custeio dos ministérios e também do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com a nova estimativa de receitas, o corte das verbas do Executivo e a reserva encaminhada pelo governo para as emendas, o relator criou um "colchão" para abrigar as novas despesas.

O valor ainda deve ser alterado, com novas revisões na peça orçamentária, que só deve ser votada em dezembro. O calendário do Congresso prevê a aprovação do Orçamento até o dia 17 de dezembro. Os gastos contemplados só serão conhecidos no parecer final.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Câmara aprova marco para expandir a educação integral

LUÍSA MARZULLO luisa.castro@oglobo.com.br
BRASÍLIA (Colaborou Bruno Alfano)

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que institui o Marco Nacional da Educação Integral em Tempo Integral. A proposta estabelece regras permanentes para a ampliação da jornada escolar nas redes públicas de ensino, prevê o aumento progressivo dos recursos do Fundeb destinados a matrículas em tempo integral e determina o reajuste anual dos repasses federais para merenda, transporte escolar e manutenção das escolas.

A jornada mínima será mantida em sete horas diárias ou 35 semanais, enquanto a ampliação para nove horas diárias ou 45 semanais será facultativa, conforme a capacidade financeira, pedagógica e estrutural de cada rede.

O projeto é considerado prioridade pela bancada da Educação no Congresso, que vai articular junto aos senadores para acelerara tramitação da proposta na Casa e viabilizar sua aprovação.

A correção sobre averbada merenda deverá corresponder, no mínimo, à **inflação** medida pelo INPC do ano anterior. Atualmente, o governo federal repassa R$ 1,57 por dia para a alimentação de cada estudante matriculado em escolas de tempo integral, ante R$ 0,57 para alunos dos ensinos fundamental e médio em jornada regular.

Já em relação ao Fundeb, o projeto não estabelece percentual nem prazo específico de aumento, mas determina que os fatores utilizados para calcular os repasses sejam elevados progressivamente até refletirem o custo médio adicional da jornada ampliada.

A expansão do ensino integral está entre as prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para seu quarto mandato. Durante a campanha eleitoral, o petista defendeu a universalização do modelo até o ensino médio.

FILOSOFIA E SOCIOLOGIA

O texto aprovado pela Câmara altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além da carga horária, serão considerados critérios como a integração das atividades ao currículo escolar, a formação dos professores, as condições de infraestrutura, alimentação, transporte e acessibilidade, bem como o acompanhamento da frequência, da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. Caberá ao Conselho Nacional de Educação estabelecer os parâmetros nacionais de qualidade e equidade.

As redes de ensino deverão publicar planos com metas de expansão, estimativas de custos e cronogramas de implementação, revisados pelo menos a cada dois anos. A União deverá divulgar relatórios bienais sobre os resultados da política e encaminhar uma avaliação mais abrangente ao Congresso a cada quatro anos. Estados e municípios terão um ano para adequar suas normas às novas regras. Para cidades com menos de 50 mil habitantes, o prazo será de dois anos, contados a partir do recebimento de assistência técnica do governo federal ou estadual.

Na Comissão de Educação da Câmara foi aprovado projeto que torna obrigatórias as aulas de Filosofia e Sociologia

em todos os anos do ensino médio, com carga mínima de duas horas semanais para cada disciplina. O texto também determina que as aulas sejam ministradas por professores com licenciatura plena nas respectivas áreas.

A proposta ainda precisa passar pelo plenário da Câmara e pelo Senado. As disciplinas, que voltaram a ser obrigatórias em 2008, tornaram-se opcionais com a reforma do ensino médio de 2017.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Dólar cai pelo 3º dia seguido, a R$ 5,81, e Bolsa sobe

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@oglobo.com.br (Com Bloomberg News)

A avaliação de que o governo deve avançar com novas medidas de ajuste fiscal, desta vez voltadas a despesas estruturais, influenciou o humor do mercado financeiro ontem. O dólar fechou em baixa de 1,6%, cotado a R$ 5,81, o terceiro dia seguido de queda. O Ibovespa subiu 1,58%, a 166.685 pontos, e os juros futuros recuaram.

Para José Alfaix, economista da Rio Bravo Investimentos, a perspectiva em torno do comando do Ministério da Fazenda após o encontro de Lula com Luiz Carlos Trabuco, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, fora da agenda oficial, contribuiu para melhorar o desempenho dos ativos brasileiros.

-Trabuco é um dos poucos banqueiros com diálogo aberto com o presidente. Se Lula o ouve, é sinal de que, de alguma forma, há uma interlocução com as preocupações do mercado financeiro - diz Alfaix, para quem o fator principal da melhora dos indicadores é a recente discussão no governo em torno do aprofundamento das medidas fiscais.

No mercado de juros futuros, a taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2028 caiu de 14,45% para 14,26%. Para janeiro de 2030, cedeu de 15,07% para 14,80%.

Para Rodrigo Sgavioli, sócio e diretor de Alocação da XP, o mercado ainda está esperando a confirmação dos nomes da equipe econômica e o tamanhodop acote para te ruma visão mais clara do quadro fiscal.

Pela manhã, o Banco Central realizou dois leilões de venda de dólares com recompra futura, de US$ 2 bilhões. Em sete dias, a autoridade monetária atuou no mercado com US$ 4 bilhões. Segundo analistas, esse tipo de operação de aumento de liquidez da moeda americana é comum no fim do ano, quando há maior demanda para remessas de capitais para o exterior.

EFEITO DAS TARIFAS

Para Fernando Siqueira, chefe de análise da Eleven Financial, a melhora do câmbio ontem também refletiu o anúncio de que os Estados Unidos planejam novas tarifas a produtos importados de vários países, incluindo o Brasil. A iniciativa

do governo de Donald Trump provocou uma desvalorização do dólar globalmente, favorecendo aplicações de investidores em outros mercados. -Em 2025, após o Liberation Day (Dia da Libertação, quando Trump anunciou seu primeiro tarifaço), houve depreciação do dólar, já que essa agenda é mais negativa do que positiva para a moeda americana. É o que está acontecendo de novo - afirma Siqueira.

Na B3, o maior apetite ao risco impulsionou uma recuperação das ações ordinárias da Vale, que subiram 3,10% após o tombo de 5,51% na véspera. Os papéis preferenciais da Petrobras ganharam 2%, refletindo a alta de 3,5% na cotação do petróleo tipo Brent (referência global), a US$ 94,61, mas as ordinárias da Embraer recuaram 4% por causa das tarifas de Trump

(leia mais na página 18).

INFLAÇÃO NOS EUA

No mercado americano, o clima negativo também refletiu a divulgação do índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), a métrica de **inflação** preferida do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que registrou avanço de 3,8% no acumulado de 12 meses, muito acima da meta de 2%. Nas Bolsas em Nova York, o índice Nasdaq terminou o dia em queda de 0,62%, após cair mais de 4% no pior momento do dia. O S P 500 fechou em baixa de 0,25%.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Intenção de consumo cai 0,9% em outubro, aponta CNC

Alessandra Saraiva

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), calculada pela Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), caiu 0,9% em outubro ante setembro, para 102,7 pontos, informou na quarta-feira (26) a organização. Foi quarto recuo consecutivo. O indicador chegou ao menor patamar desde novembro de 2025 (102,1 pontos).

Para a CNC, a continuidade da tendência de queda é influenciada por vários fatores. como maior preocupação ante o futuro do mercado de trabalho, endividamento e inadimplência das famílias e avanço mais expressivo de **inflação**. Isso inibe compras e afeta a perspectiva de consumo.

De outubro a novembro, seis dos sete tópicos usados para cálculo do indicador mostraram recuo. É o caso de emprego atual (1%), renda atual (-1%), nível de consumo atual (-0,5%), perspectiva de consumo (-1,6%), acesso ao crédito (-0,8%), e momento para duráveis (-1%). Perspectiva profissional ficou estável.

Na comparação com novembro de 2025 foram mapeadas duas quedas, em renda atual (-0,9%) e em perspectiva profissional (-6,8%). Os outros tópicos mostraram altas ou estabilidade nesse comparativo: emprego atual (estabilidade), nível de consumo atual (0,4%), perspectiva de consumo (0,7%), acesso ao crédito (5,1%) e momento para duráveis (8,9%).

Na delimitação por faixas de renda, tanto as famílias de maior poder aquisitivo quanto as de menor rendimento mostraram recuo no ímpeto de consumo, na passagem de outubro para novembro, acrescentou a CNC. Nos consumidores com ganhos mensais de até dez salários-mínimos, o ICF caiu 0,9% em novembro, com expansão de 0,4% ante novembro do ano passado, no entanto. Já na faixa de mais de dez salários-mínimos, o ICF caiu 0,8% ante outubro, mas com alta de 0,7% em relação a igual período em ano anterior.

Em **comunicado**, o presidente do SistemaCNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, admitiu que é preocupante, para o setor, uma queda no ICF, às vésperas de datas importantes em vendas no varejo, como Black Friday e Natal.

Appy defende prorrogação de fase de teste da reforma tributária

Vinícius Lucena, Laura Ignacio e Marta Watanabe

Bernard Appy, economista e consultor, sócio da E1 Economia, defende a prorrogação do período de teste da **reforma tributária** por período "ideal" de nove meses. A reforma até agora tem agenda mantida para entrar em vigor a

o partir de 1 de janeiro do ano que vem. Em participação no Observatório Tributário, do Valor, o ex-secretário extraordinário da **Reforma Tributária** diz que os parâmetros legais de definição da alíquota de 11,3% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) contribuem para tendência de elevar arrecadação do governo federal a partir de 2027, também com pressão sobre preços. Se o Senado alterar a alíquota, diz, é preciso que seja de "forma técnica". O prazo para isso é 15 de dezembro.

O split payment, diz, é fundamental para que a reforma reduza o hiato de conformidade e seu "efeito sobre liquidez é muito menor do que apareceu por aí". Para Appy, quando estiver consolidado, o instrumento pode trazer benefício adicional da reforma, abrindo debate à possibilidade de recolhimento do imposto por caixa, na liquidação financeira, e não mais por competência. Isso, diz, pode elevar a liquidez das empresas.

Appy diz ainda que a reforma pode gerar novas controvérsias tributárias. Uma delas é em relação à classificação para estar na lista de bens e serviços com carga tributária menor. Um efeito positivo da alíquota considerada alta da CBS, observa, foi a percepção de que os regimes de tributação mais favoráveis já estão amplos.

A seguir, os principais pontos da entrevista:

Adiamento da reforma

Em vez de adiamento prefiro falar em alongamento do período de testes. Há motivos para isso. O primeiro é a insegurança jurídica de alguns setores. Saiu uma primeira versão do regulamento, que teve quase 5 mil sugestões de alteração. Mesmo após a definição de todas as regras, parte das empresas ainda terá dificuldades de determinar como devem se comportar. Além disso, há o esforço de mudança de sistemas e softwares das empresas na transição. Seria ideal ter um período de testes de verdade. A falta de tempo para ajustar e testar sistemas não pode ser a regra, tem que ser a exceção. Isso gera um caos? Não sei, mas pode gerar turbulências e ser ruim para a **reforma tributária**. Há o programa de conformidade e a postura atual da **Receita Federal**, de tentar separar quem teve algum dificuldade daquele que usa a inadimplência como instrumento ilegítimo de competição. A ideia é não penalizar quem agiu de boa-fé. Mas quem decide quem agiu de boa-fé ou não? Se não houver clareza sobre como se aplica a legislação e o contribuinte fizer a interpretação que mais o favorece, isso é boa-fé ou não? A postura da Receita é muito boa, mas o conceito de boa-fé é um pouco subjetivo.

Nove meses

Em caso de extensão do período de teste, o ideal seriam nove meses. Três meses para implantação dos documentos fiscais [eletrônicos], seis meses para adequação de sistemas e três meses de testes a quente. Seria ideal, inclusive, já usar a alíquota de referência. Mas qualquer prazo a mais já ajuda. Três meses a mais já ajudaria a evitar muitos problemas.

Agenda ainda é para 2027

É importante lembrar que a posição "A alíquota da CBS será calibrada todo ano, vai ficar cada vez mais precisa e vai ter como referência a arrecadação do sistema novo"

do governo e aparentemente de parte importante do Congresso é para não adiar. Embora a minha posição pessoal seja de que há justificativa para prazo maior, todas as empresas têm que se preparar e atuar porque não há nenhum adiamento por enquanto. O fundamental é ter alguma ideia de como emitir documento fiscal dentro desse novo sistema. É preciso

o que todos estejam prontos em 1 de janeiro de 2027.

CBS de 11,3% e arrecadação

A alíquota de 11,3% da CBS será calibrada todo ano, vai ficar cada vez mais precisa e vai ter como referência a arrecadação do sistema novo. Em 2029, já vamos ter uma alíquota muito mais precisa, porque vai operar no novo sistema. É preciso cuidado ao dizer que é exagerada ou insuficiente porque há variáveis

desconhecidas. Com base nas regras estabelecidas pela LC 214/2025, a arrecadação da CBS deve ser calibrada para reproduzir, como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), a receita obtida por PIS, Cofins e IPI no período entre 2012 e 2021. Se fosse adotado um período mais recente, essa proporção seria menor. Tem sim, aumento de arrecadação implícito, mas já previsto na LC 214/25. Por esse parâmetro tem um efeito de aumento de arrecadação nessa virada. Em caso de redução de alíquota, está claro na emenda constitucional que não há direito de crédito ou ressarcimento relativo ao período em que vigorou uma alíquota maior de CBS.

Impacto na **inflação**

O uso já mencionado do período de 2012 a 2021 para cálculo da alíquota da CBS resulta numa arrecadação um pouco maior do que no período recente. Isso, a rigor, pode ter um efeito sobre preço e esse é permanente, não é temporário. Há também um outro efeito, mas temporário, vindo do impacto da reforma sobre preços relativos. Se todo mundo mantiver a margem em toda a cadeia, quando chegar lá no final, alguns preços vão cair, outros vão subir. Normalmente é esperado que quem tem aumento de tributação repasse logo e quem tem uma redução caia ao longo do tempo à medida que a concorrência force a queda. Um terceiro fator viria de quem não conseguiu se preparar direito, não fez as negociações de forma coordenada. A tendência nesse caso pode ser elevar o preço, mas esse efeito também seria temporário, porque tende a se ajustar.

CBS no Senado

O Senado tem dado indicações de que pode rever a alíquota decidida pelo TCU [Tribunal de Contas da União]. Se isso acontecer, espero que seja feito de forma técnica. Uma das discussões que tem sido feita é a relativa ao ano base. É preciso manter a arrecadação como proporção do **PIB** entre 2012 e 2021, mas isso foi calculado com base nos dados do período de 2023 e 2024. Ou seja, foi aplicada a legislação que vai se vigorar em 2027 e foram feitos cálculos com base nos dados de 2023 e 2024. Há algumas pessoas dizendo que, pela LC 214/25, tinha que ser 2024 e 2025 e não 2023 e 2024. A Receita diz que os dados de 2025 não estavam disponíveis e por isso os cálculos foram feitos com 2023 e 2024. Pessoas que fizeram cálculos apontam que se fosse usado somente a base de 2024 já haveria uma redução entre 0,3 e 0,4 pontos percentuais (p.p.) da alíquota.

O Senado pode querer rever também o hiato de conformidade [cálculo da arrecadação menor em razão de inadimplência, sonegação, elisão, falhas]. Mas alguém tem segurança sobre qual vai ser esse hiato no ano que vem? Não. Para mexer nisso é preciso uma base técnica sólida que justifique alguma revisão. Só vamos saber o potencial de arrecadação quando estiver funcionando o novo sistema. Por isso, se me perguntam se a alíquota está superestimada, eu digo que não tenho base para dizer que sim ou que não. O lado bom dessa alíquota, que assustou muita gente, é que também ficou claro para o Congresso de que já há muita exceção na **reforma tributária**. E quando tem exceção, a alíquota fica mais alta. Isso ajuda a reduzir pressões por novas exceções na legislação do IBS e da CBS.

Imposto Seletivo

Por conta do calendário eleitoral, optou-se por só mandar a Medida Provisória fixando os alíquotas do Imposto Seletivo depois das eleições e ela só passa a valer em 2 de fevereiro, em razão da anterioridade de 90 dias. Para não ficar sem arrecadação em janeiro, o governo mandou também uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição] prorrogando a vigência do IPI sobre os produtos sujeitos ao Imposto Seletivo. Basicamente fumo, bebidas e automóveis, até que entre em vigor o Seletivo. Para mim, como essa MP da alíquota do Seletivo basicamente reproduz o que já tem no IPI, bastaria a PEC, deixando para discutir a alíquota do Seletivo no ano que vem. Já se faz a discussão definitiva no próximo ano mantendo o IPI, por enquanto.

Acúmulo de PECs

Um prolongamento do período de testes da reforma tributário exigiria uma PEC. Já há a PEC do IPI e uma PEC prometida pelo governo, de ajuste fiscal. Isso reflete um problema da estrutura legislativa brasileira, que é uma Constituição excessivamente detalhada. O ideal seria não ter que tratar nenhuma dessas questões via PEC. Mas isso não significa que precisam ser três PECs. Se tiver uma extensão do período de teste da reforma, a PEC do IPI se torna desnecessária. Porque a extensão do período de teste já valeria para o IPI. Não faz sentido ter três votações. E o prazo é curto. O recesso parlamentar começa em 23 de dezembro.

"Parte do potenciais questionamentos judiciais poderia ser evitada com tempo para amadurecer a interpretação da legislação"

Split payment

O split payment é importante para eliminar fraudes e inadequações no meio da cadeia, com impacto na arrecadação. Isso já explica uma redução de cerca de 3 p.p. na alíquota conjunta da CBS e IBS. Não há

previsão, por enquanto, de split payment nas vendas a varejo. Eu defendo que se houver aplicação na venda ao consumidor final, seja em percentagem reduzida, como 0,1%, só para identificar que teve operação, para não estimular o uso de pagamento em dinheiro. O split payment fala assim: na hora que eu estiver fazendo o pagamento, o imposto vai ser recolhido. Se for parcelado o pagamento, o imposto vai ser parcelado também. O impacto sobre liquidez é muito menor do que apareceu por aí. No longo prazo, quando estiver funcionando, o split payment vai abrir uma possibilidade de debate que ninguém fala hoje: a possibilidade de ter o recolhimento do imposto por caixa, no momento da liquidação financeira, e não mais por competência, algo que nas operações B2B daria para fazer perfeitamente. Nesse caso, o efeito seria aumentar a liquidez das empresas, mas isso só poderá acontecer quando o split payment estiver funcionando bem para todas as empresas.

Controvérsias judiciais

A **reforma tributária** é uma mudança estrutural muito grande. Parte dos potenciais questionamentos judiciais poderia ser evitada com tempo para amadurecer a interpretação da legislação, tendo o regulamento, todos os atos conjuntos e mais as soluções de consulta. Um tema que pode causar judicialização são questões de classificação para bens e serviços nos regimes com carga tributária menor. Por exemplo, na educação, ensino infantil, fundamental, médio e superior têm alíquota menor, mas ensino de língua não. Mas aí alguém questiona, dizendo que se ele estudar na escola e tiver curso de inglês, terá carga reduzida, mas se estiver em algum outro tipo de ensino de inglês não há redução.

EUA exportam incerteza com ampliação de tarifas

Roberta Costa São Paulo

A política comercial de Donald Trump está produzindo um efeito que vai além do aumento das barreiras às importações: a incerteza sobre as condições de acesso ao mercado americano passou a fazer parte das relações econômicas dos Estados Unidos com seus parceiros. A nova rodada de investigações comerciais anunciada nesta quarta-feira amplia esse ambiente ao colocar sob questionamento políticas industriais de grandes economias, inclusive de países que mantêm relações estratégicas com Washington. Para o Brasil, o movimento tem uma peculiaridade: além dos efeitos indiretos dessa ofensiva, o país continua submetido a um contencioso específico.

As duas frentes utilizam a Seção 301 da legislação comercial americana, mas têm motivações diferentes. Na investigação sobre excesso de capacidade industrial, o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, apontou práticas de 14 economias, entre elas China, UE, Japão, Coreia do Sul, Índia e Taiwan, que, na avaliação de Washington, prejudicam a concorrência. O argumento é que subsídios, financiamento favorecido e incentivos estatais permitem manter estruturas produtivas superiores à demanda, pressionando preços internacionais e reduzindo a competitividade americana. Foram propostas tarifas adicionais de até 20% para alguns produtos chineses, 15% para a UE e Japão e até 25% para a Índia. As medidas ainda dependem dos procedimentos de consulta pública.

A inclusão de aliados tradicionais mostra que a iniciativa não se limita à rivalidade com a China. Washington está questionando a política industrial também de economias com as quais mantém acordos e alianças estratégicas. Na prática, Trump amplia o campo de atuação de sua política comercial: não discute apenas tarifas e acesso a mercados, mas também subsídios, financiamento e decisões nacionais sobre organização da produção.

O Brasil está fora dessa investigação. Sua exposição decorre da disputa bilateral iniciada em 2025, que envolve comércio digital, serviços de pagamento, propriedade intelectual, tarifas preferenciais, etanol e questões ambientais. A nova proposta prevê retirar a isenção das aeronaves brasileiras e aplicar uma tarifa adicional de 10% sobre aviões acabados, além de alterar a tributação do açúcar importado fora das cotas. O objetivo declarado pelo USTR é aumentar a pressão sobre Brasília diante da avaliação de que as negociações não avançaram suficientemente. As alterações ainda estão em consulta pública.

A diferença entre as duas frentes ajuda a compreender o alcance da estratégia americana. No caso brasileiro, as tarifas são instrumento de barganha. Na ofensiva contra as grandes economias industriais, o objetivo é contestar políticas de apoio estatal consideradas prejudiciais à concorrência. O ponto comum é a disposição de Washington de utilizar o tamanho de seu mercado para influenciar decisões econômicas de outros países.

A estratégia, entretanto, tem um custo: o repasse das tarifas aos preços. Pesquisa de Mary Amiti, Sebastian Heise e David Weinstein, publicada pelo Federal Reserve de Nova York em outubro, estima que aproximadamente 90% do aumento das tarifas foi absorvido pelos importadores americanos, com pouco desconto concedido pelos fornecedores estrangeiros. Considerando os efeitos diretos e indiretos sobre os preços de varejo, os pesquisadores calculam que um aumento de 10% nas tarifas sobre todas as importações poderia elevar em 2,6% os preços dos bens de consumo em 12 meses.

O estudo estima que, em fevereiro de 2026, as tarifas haviam acrescentado 2,9 pontos percentuais à **inflação** dos bens de consumo analisados. Sem esse efeito, os preços desses produtos teriam apresentado leve queda. A estimativa não corresponde à contribuição das tarifas para o índice geral de **inflação**, que inclui serviços, mas dá uma dimensão do impacto. O repasse também não se limita aos importados: fabricantes americanos que utilizam componentes e matérias-primas estrangeiros enfrentam custos maiores.

O tema ganhou dimensão política depois da derrota republicana nas eleições de meio de mandato. Os democratas conquistaram o controle da Câmara e do Senado, impondo uma perda expressiva de espaço ao partido de Trump. O custo de vida, a **inflação** associada à alta da energia e a política tarifária estiveram entre os fatores de desgaste apontados nas análises eleitorais. Não é possível atribuir o resultado a uma única causa, mas a insatisfação com os preços

tornou-se um problema para Trump justamente quando sua política comercial amplia o risco de novos repasses aos consumidores.

Com os preços novamente acelerando, o espaço para cortes de juros fica mais restrito, enquanto a perspectiva de novas altas também ganha força. O custo da política comercial acaba chegando ao crédito, ao consumo e às decisões de investimento.

Para os parceiros comerciais, a incerteza é ainda maior. A abertura de investigações, a mudança dos fundamentos jurídicos das tarifas e a possibilidade de novas barreiras dificultam o planejamento de empresas que dependem do mercado americano. Em análise publicada no ING THINK, a economista Inga Fechner chama atenção para a continuidade da estratégia tarifária mesmo diante dos obstáculos jurídicos enfrentados anteriormente. O J.P. Morgan Global Research também aponta os efeitos da instabilidade comercial sobre o crescimento e a volatilidade dos mercados.

Há ainda o risco de redirecionamento dos fluxos comerciais. Dados analisados pelo FMI mostram que, depois das tarifas de 2025, as exportações chinesas para os EUA recuaram, mas as vendas a terceiros mercados avançaram acima da tendência anterior.

Para o Brasil, isso pode significar maior concorrência de produtos asiáticos na América Latina, embora mudanças nas cadeias de fornecimento também possam abrir oportunidades para exportadores nacionais. O país enfrenta dois desafios simultâneos: negociar o contencioso específico com os EUA, evitando que novas barreiras comprometam setores exportadores importantes, mas também se preparar para um comércio internacional no qual a previsibilidade perdeu espaço. Uma solução para a disputa bilateral não afastará os efeitos da ofensiva americana contra outras economias nem impedirá o redirecionamento de produtos ao mercado brasileiro.

A política tarifária de Trump produz, assim, uma contradição que vai além das relações comerciais: ao tentar utilizar o mercado americano como instrumento de pressão externa, transfere parte dos custos dessa estratégia para empresas e consumidores domésticos. Com **inflação** pressionada, juros sob atenção do Fed e resultado das eleições impondo limites políticos ao governo, a ampliação das barreiras comerciais pode tornar ainda mais difícil conciliar proteção industrial, controle de preços e crescimento econômico.

Cautela sobre IA prevalece em Wall Street

Luana Reis, Artur Scaff e Cristiana Euclydes

Na véspera do feriado de Ação de Graças nos Estados Unidos, os principais índices de ações de Nova York terminaram o dia em direções opostas e afastados das mínimas, com uma recuperação nas últimas horas do pregão. Ainda assim, permanece um desconforto com as empresas relacionadas ao desenvolvimento de inteligência artificial (IA), que se refletiu na continuidade da demanda por Treasuries como proteção durante a sessão.

O índice Nasdaq, que concentra empresas de tecnologia e comunicação, terminou o dia em queda de 0,62%, aos 23.585,802 pontos, após apresentar uma desvalorização de mais de 4% no pior momento da sessão. O S P 500 fechou em baixa de 0,25%, aos 7.182,78 pontos, e o Dow Jones subiu 0,33%, aos 50.182,95 pontos.

Entre os destaques, o setor de tecnologia esteve no centro das perdas ao longo do dia, acumulando uma desvalorização superior a 3% na abertura, antes de diminuir a queda e terminar a sessão em baixa de apenas 0,98%. As fabricantes de chips e semicondutores lideraram a derrocada, com SanDisk (-5,57%), Micron Technology (-4,53%) e Nvidia (-3,91%) ficando entre os piores desempenhos do Nasdaq.

Apesar do forte rali no setor de tecnologia visto no começo da semana, com o retorno de Jensen Huang para o comando da Nvidia, as ações deram início a um movimento de correção na terçafeira, que se estendeu ontem, na medida em que ainda permanecem algumas incertezas sobre a tese de investimentos em IA.

Thomas Humpert, analista e sócio da Neo Investimentos, define a recente correção das ações de tecnologia nas bolsas americanas como uma materialização da aversão ao risco que vinha se manifestando nos últimos meses, em meio às dúvidas sobre o retorno dos elevados investimentos em IA.

"Acho que não dá para afirmar com convicção que os preços estavam em uma bolha, mas é um movimento de correção bastante agressivo", avalia. Segundo ele, fatores como a perspectiva de novas altas de juros nos Estados Unidos, o escândalo de espionagem envolvendo a Nvidia e falhas de cibersegurança contribuíram para ampliar a preocupação dos investidores com o setor.

Humpert observa que a elevada concentração de posições em tecnologia torna o setor mais suscetível a oscilações bruscas.

"Não dá para afirmar que estamos em uma bolha, mas é um movimento de correção bastante agressivo" Thomas Humpert

"Tem muito dinheiro alocado, muitas possibilidades de acionamento de "stop loss", com investidores vendendo a partir de determinados níveis de preço, além de operações com opções que também aumentam a volatilidade", explica. "Ao mesmo tempo, é um setor que representa uma parcela muito grande dos índices. Então, quando as ações caem muito, acho que isso também é visto como um ponto de entrada, e o mercado entra com força para aproveitar essa queda."

A maior cautela dos investidores novamente se refletiu na continuidade da busca por títulos da dívida pública americana como proteção, o que favoreceu uma queda nos rendimentos dos Treasuries durante a sessão.

No fim do dia, o rendimento do título de dois anos recuava de 4,637%, no fechamento anterior, para 4,652%; o do papel de dez anos cedia de 4,931% para 4,863%; e o do Treasury de 30 anos caía de 5,323% para 5,250%. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, recuava 0,10%, aos 103,710 pontos.

Egidio Freitas, gestor macro da Norte Asset Management, explica que a incerteza causada pela volatilidade no mercado de ações por conta da IA acaba contribuindo para restringir as condições financeiras, e pode se tornar um ponto de atenção para o Federal Reserve (Fed).

"Os indicadores de mercado mostram dados passados, como o crescimento forte e a alta da **inflação**. Mas, olhando à frente, é preciso avaliar quanto o aperto das condições financeiras pode afetar a atividade econômica e, consequentemente, a **inflação**", afirma.

O anúncio de novas tarifas comerciais pelos EUA para uma dezenas de parceiros, incluindo a China e a União Europeia, também pesou sobre o sentimento dos investidores, mas ficou em segundo plano, assim como a nova rodada de dados de **inflação** e atividade

econômica.

O PIB dos EUA cresce 4,3% no 3 tri; inflação se acelera

Lucia Mutikani Reuters, de Washington

A economia dos EUA cresceu muito mais no terceiro trimestre do que o divulgado na estimativa anterior e a **inflação** se acelerou em outubro, ampliando a expectativa de uma elevação de juros em dezembro e janeiro.

A forte revisão para cima do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre, divulgada ontem pelo Departamento do Comércio, elevou a taxa de crescimento para o maior patamar em três anos. A revisão é reflexo de mudanças para cima nos cálculos dos gastos dos consumidores e dos investimentos das empresas, em sua maioria relacionados à inteligência artificial.

A forte demanda interna, por sua vez, vem alimentando a **inflação**. Em outubro, um indicador das pressões básicas sobre os preços teve sua maior alta na comparação anual desde o fim de 2023. A economia continua a pleno vapor apesar da guerra em andamento entre EUA, Israel e Irã.

O **PIB** cresceu a um ritmo anualizado de 4,3% no terceiro trimestre, segundo o Gabinete de Análises Econômicas (BEA, na sigla em inglês) do Departamento de Comércio em sua segunda estimativa para o **PIB** do terceiro trimestre. É a maior alta desde o terceiro trimestre de 2023. A estimativa anterior apontava expansão de 3,4%.

Economistas consultados pela Reuters projetavam uma revisão para cima do crescimento do **PIB**, mas apenas para 3,5%. No trimestre de abril a junho, a economia cresceu 2,2%. O crescimento dos gastos dos consumidores, que representam quase 70% da economia dos EUA, foi revisado de 3,8% para 4,2%.

O consumo tem sido impulsionado principalmente pelos consumidores de renda mais alta, cujo patrimônio foi incrementado pelo mercado de ações antes da atual onda de vendas sendo puxada pelas ações de IA. O baixo nível das demissões em termos históricos e um ritmo moderado de contratações também têm ajudado consumidores das demais faixas de renda a sustentar seus gastos, embora em certos períodos os ganhos salariais tenham ficado abaixo da **inflação**. Além disso, os consumidores vêm poupando menos e recorrendo a suas reservas financeiras.

Os investimentos das empresas em equipamentos aumentaram 21,8%, acima da alta de 20,9% da estimativa anterior, de outubro. O investimento empresarial registra três trimestres consecutivos de crescimento de dois dígitos porcentuais, sendo que esse ímpeto parece ter persistido no início do quarto trimestre.

Um indicador separado divulgado pelo Censo dos EUA, que também é do Departamento de Comércio, mostrou um salto de 1,2% nas encomendas de bens de capital excluindo os setores de defesa e de aviões (um termômetro dos investimentos empresariais) em outubro, após a alta de 0,8% em setembro. Já as entregas desses chamados bens de capital básicos, que entram no cálculo do componente de investimentos empresariais com equipamentos no relatório do **PIB**, subiram 0,6% em outubro, depois de avançarem 1,3% em setembro.

Lula prepara novas medidas fiscais com foco em despesas obrigatórias

Lu Aiko Otta, Giordanna Neves, Sofia Aguiar, Hamilton Ferrari e Lucas Borges Teixeira

Pressionado pela disparada do dólar e pelo crescente desgaste da política fiscal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu a equipe econômica para discutir novas medidas de contenção de gastos, em mais um movimento para reduzir as tensões em torno das contas públicas. A proposta, que deve ser encaminhada ao Congresso ainda neste ano, terá como foco o corte de despesas obrigatórias. Uma nova rodada de discussões está prevista para esta quinta-feira (26), para aprofundar a análise das propostas.

Diante da cobrança do mercado por sinais concretos de compromisso com o equilíbrio das contas públicas, o governo avalia até mesmo convocar o Congresso durante o recesso parlamentar, em janeiro, para discutir a eventual nova proposta de emenda à Constituição (PEC). A articulação, porém, acontece sem que Lula tenha definido o novo ministro da Fazenda para o próximo mandato, passo considerado crucial para esclarecer os novos rumos da política fiscal.

De acordo com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, o cardápio em discussão é composto por medidas que permitirão ao governo alcançar as metas fiscais nos próximos quatro anos, começando com um saldo positivo efetivo de 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2027 e avançando até atingir superávit de 1,5% do **PIB** em 2030.

Moretti disse ainda que não existe "bala de prata, dia D ou "o" instrumento" para fazer o ajuste, e sim um cardápio de medidas que passarão pela avaliação do presidente, inclusive quanto ao melhor momento de encaminhamento ao Congresso. Segundo o ministro, o ajuste também é um processo político e depende de uma avaliação sobre o que tem condição de ser aprovado, além de muita negociação.

A reunião para debater a matéria aconteceu na quarta-feira (25), no Palácio da Alvorada. Participaram Moretti, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, com seu secretário-executivo Rogério Ceron; a chefe da Casa Civil, Miriam Belchior; e a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck; o secretário-executivo do Planejamento, Guilherme Mello; o vice-presidente Geraldo Alckmin, além do presidente da Caixa, Carlos Vieira.

O envio da PEC está atrelado ao novo grupo que comandará a equipe econômica no quarto mandato de Lula. Pouco antes de chamar os ministros para a discussão sobre ajuste fiscal, o chefe do Executivo se encontrou com o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi. Ele, no entanto, estaria resistindo à ideia. (ver mais na página A13)

O nome de Trabuco passou a ganhar força para assumir a Fazenda, e Lula pretende fazer o anúncio do novo chefe da pasta nos próximos dias, já que está sendo pressionado pelo mercado a dar maior transparência aos rumos da equipe econômica no próximo mandato.

Diante do cenário de instabilidade no mercado externo, Moretti defendeu que seria "salutar" contar logo com medidas adicionais. "É importante que se inicie um novo mandato com esses instrumentos em mãos", disse. "Isso vai dar mais segurança, com repercussão em termos de preços de ativos, em termos de estabilidade fiscal."

Por conta da importância do tema, o governo trabalha para que a PEC, que ainda será enviada ao Congresso, seja aprovada ainda nesta legislatura. Isso porque, a partir de fevereiro do ano que vem, a próxima composição do Parlamento, de perfil mais conservador, poderá impor ainda mais dificuldades à chancela de matérias de interesse do governo. Assim, pressionado pelo calendário e a menos de um mês do recesso, o Executivo começou a discutir a possibilidade de pedir convocação do Congresso em janeiro para garantir a chancela do novo pacote.

Moretti e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, disseram que o ajuste adicional das contas públicas será um processo "contínuo", que tem como premissa a preservação de direitos sociais. Segundo eles, a equipe econômica levou as propostas a Lula e mostrou a importância da desaceleração do crescimento das despesas obrigatórias para seguir no processo de alcance das metas fiscais.

Antes da reunião da equipe econômica com Lula,

Moretti antecipou que tratariam de cenários para a economia. Nesse ponto, a equipe econômica vê alguma desaceleração à frente, o que já se refletiria inclusiva nas previsões de arrecadação para 2027.

"Política fiscal é sempre relativa ao ciclo", disse. "Ajuste fiscal como alguns defendem, um choque negativo de despesa, seria brutalmente recessivo, um erro técnico

Trabuco ganha força para assumir a Fazenda, mas demonstra resistência à ideia

grande." Para o ano que vem, acrescentou, "não adianta reagir ao ciclo econômico com ajuste recessivo, nem mudando o curso estrutural de melhora das contas".

As medidas adicionais de ajuste ajudariam também a reformular o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, acomodando nele as promessas de campanha de Lula, como o reajuste do Bolsa Família, o Desenrola 3.0, o Pix MEI e a expansão do Pé-deMeia. No entanto, disse o ministro, as medidas de ajuste aprovadas nesta semana pelo Congresso são suficientes para a tarefa.

O pacote de promessas eleitorais de Lula tem impacto estimado em R$ 53,6 bilhões em 2027, dos quais cerca de R$ 20 bilhões exigirão remanejamentos de despesas de outras áreas do Orçamento. Além disso, será preciso incorporar R$ 12 bilhões em emendas de comissão, valor que faz parte de uma negociação com o Congresso e não foi incluído na peça orçamentária.

O pacote aprovado pelos parlamentares abre espaço de cerca de R$ 10 bilhões no Orçamento de 2027. Além disso, há alguma "sobra" em algumas dotações de despesas obrigatórias, o que permite algum remanejamento, disse.

A elaboração do pacote de ajuste envolveu uma divergência na equipe econômica, admitiu Ceron. Foi em torno da autorização para descontar, do cálculo do superávit primário deste ano, R$ 10,5 bilhões gastos em subvenção a combustíveis. O valor equivale a mais ou menos um mês do benefício. O desconto foi autorizado no pacote de ajuste, mas antes houve uma discussão sobre a necessidade dessa medida, disse o secretário. Superada a divergência, acrescentou, Fazenda e Planejamento seguem trabalhando juntos.

O secretário também minimizou o fato de o ministro da Fazenda não haver participado da entrevista em que foi divulgado o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), dizendo que ele, Ceron, já havia representado a pasta em situações semelhantes.

Nos bastidores, interlocutores defendem que a PEC deveria limitar algumas despesas que hoje estão fora do limite do arcabouço fiscal, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Como linha geral, a equipe econômica do governo busca fazer com que todas as despesas cresçam no mesmo ritmo do limite de despesas do arcabouço.

No caso da Educação, no entanto, algumas fontes avaliam que é difícil mexer nas despesas, uma vez que os recursos destinados à área sustentam compromissos de gastos de caráter essencial.